

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ: 00.070.698/0001-11
Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – Setor de Áreas Públicas, Lote C
CEP: 71.215-902 – Brasília - DF
Telefones: 3465 9604 e 3465 9602 – Site: www.ceb.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

1. Mensagem da Administração

Em cumprimento às disposições legais, a Administração da Companhia Energética de Brasília – CEB apresenta o Relatório Anual da Administração, juntamente com as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social de 2010.

O exercício foi marcado pela descontinuidade administrativa, destaque-se o conflito: interesse político/empresarial que trouxe reflexos negativos diretos no principal negócio da CEB, a distribuição de energia.

Exercício encerrado, fatos consumados, resta a certeza de que a nova administração, apoiada pelo GDF e servidores, envolverá todos os esforços necessários para recuperação da CEB Distribuição, desafio maior, retornando o lugar empresarial de destaque no cenário nacional e, principalmente, o reconhecimento de seus empregados, acionistas e de toda a sociedade do Distrito Federal.

A Administração

2. Cenário Macroeconômico

2.1. Economia Brasileira em 2010

O PIB no ano de 2010 cresceu 7,5% em relação ao ano de 2009. Beneficiado pela baixa base de comparação do ano anterior, o crescimento acumulado do PIB em 2010 é o mais elevado desde 1986 (também de 7,5%). Entre 2001 e 2010, o crescimento anual médio foi de 3,6%, acima do registrado na década anterior (1991-2000), quando o PIB a preços de mercado cresceu, em média, 2,6%.

O PIB per capita é definido com a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano. Em 2010, o PIB per capita alcançou R\$ 19.016 (em valores correntes), após ter registrado variação, em volume, de 6,5% em relação a 2010.

A expansão do PIB resultou do aumento de 6,7% do Valor Adicionado a preços básicos e do crescimento de 12,5% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O aumento do imposto reflete, principalmente, o crescimento em volume de 11,3% no ICMS, além do aumento de 42% do imposto sobre importação e de 17,3% do IPI.

2.2. Atividade Econômica

Sob a ótica da oferta, o crescimento da Agropecuária no ano de 2010 foi de 6,5% e decorreu do fato que culturas importantes da lavoura brasileira tiveram aumento de produção no ano. Influenciada pelas condições climáticas favoráveis, a agricultura brasileira registrou safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2010 – 149,5 milhões de toneladas. Tiveram destaque no ano as seguintes culturas: soja (20,2%), trigo (20,1%) e café (17,6%) sendo que todas essas culturas apresentaram ganhos de produtividade em 2010.

Na indústria, o destaque foi o crescimento da Extrativa Mineral (15,7%), seguida pela Construção Civil (11,6%). Quando comparado ao ano anterior, observa-se que, em 2010, a ocupação na Construção Civil teve crescimento de 5,8% e as operações de crédito do sistema financeiro com recursos direcionados tiveram expansão, em termos nominais, de 31,1%. A Indústria de Transformação cresceu 9,7%, enquanto que a atividade de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana teve expansão de 7,8%. Vale ressaltar a baixa base de comparação de 2009, ano em que a Indústria caiu 6,4%.

Já nos serviços, os destaques positivos foram as atividades de Intermediação Financeira e Seguros e o Comércio, ambas com crescimento de 10,7%. Ao longo de todo o ano de 2010, o crescimento da população empregada e da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentou um crescimento das vendas no comércio (atacadista e varejista) em ritmo superior ao registrado pela atividade industrial.

2.3. Inflação

Foi de 5,91% a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo em 2010, que ficou 1,60 pontos percentuais acima da taxa de 4,31% de 2009. Significa que o índice voltou a subir, indo para o nível de 2008, quando a taxa havia ficado em 5,90%. A alta de um ano para o outro é atribuída aos Alimentos, que ficaram, em média, 10,39% mais caros, fornecendo uma parcela de 2,34 pontos percentuais na formação do IPCA de 2010, o que representa 40%.

O INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor fechado o ano de 2010 com taxa de 6,47%. Os alimentos atingiram alta de 10,82% enquanto os não alimentícios aumentaram 4,63%. Em 2009 o resultado foi 4,11%, com alta de 1,83% nos alimentos e 5,10% nos não alimentícios.

O Índice Geral de Preços – Mercados (IGP-M) acumulou alta de 11,32% em 2010. Este é o maior avanço anual na inflação medida pelo indicador desde 2004. Naquele ano houve uma alta de 12,42%. Em 2009 houve deflação de 4,71%, a primeira taxa negativa da história do índice iniciado em junho de 1989.

2.4. Mercado de Juros

O mercado de juros em 2010 foi caracterizado pelo aumento da taxa básica e das taxas de juros futuros. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central aumentou a taxa básica de juro, a taxa Selic, em 2,00 pontos básicos; esta passou, então, de 8,75% a.a. para 10,75% a.a., ao longo de 2010. O aumento da taxa Selic foi acompanhado pelo aumento na taxa de empréstimos compulsórios que passou de 2,11% em 2009 para 2,56% em 2010.

2.5. Reflexos do Contexto Econômico na CEB

Para as empresas geradoras de energia em operações vinculadas à CEB, o comportamento dos principais índices de preço tem uma avaliação peculiar. As receitas de venda de energia são indexadas pelo IGP-M. Os componentes das despesas têm diferentes parâmetros, alguns atrelados a índices de preços, outros a fatores diversos. De qualquer forma, a variação do IGP-M, se inferior aos demais índices de preços, tende a desfavorecer os resultados da Companhia. Oferece resistência a esta assertiva, as empresas com estruturas de financiamento caracterizadas por encargos calculados com base nos mesmos indicadores, produzindo, nessas condições, resultados financeiros mais favoráveis. Estes são os casos, por exemplo, da Corumbá Concessões S.A. e da CEB Lajeado S.A. (esta última por deter 20% de participação da Investco S.A., empresa gestora da UHE Luis Eduardo Magalhães que, por sua vez, ainda apresenta expressivo montante de dívida decorrente do financiamento para a construção da Usina).

Quanto a CEB Distribuição S.A., os comportamentos descendentes da Selic e do CDI no exercício findo repercutiram positivamente no seu resultado financeiro, em função do elevado montante e da estrutura de endividamento da empresa.

Com relação às repercussões dos indicadores sobre as operações e compromissos vinculados diretamente à CEB, destaque-se a redução significativa do total dos aportes a serem realizados na empresa distribuidora, em atendimento ao "Compromisso de Subscrição de Ações" formalizado entre as duas organizações, conforme determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma vez que o indicador utilizado na atualização do valor do referido compromisso é o IGP-M, que, como visto, teve comportamento descendente.

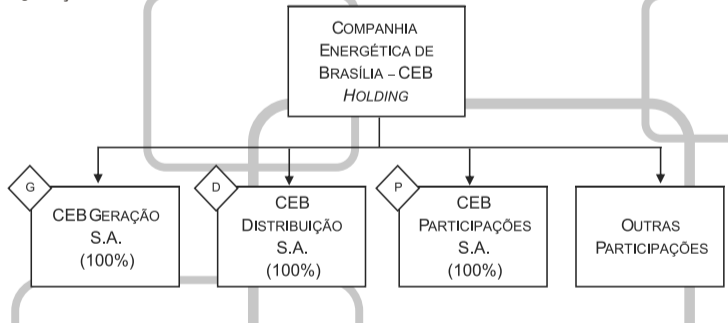
3. Companhia Energética de Brasília – CEB

A Companhia Energética de Brasília – CEB é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, desde seu registro na entidade em 4 de junho de 1994.

Importante ressaltar, que em atendimento à orientação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA, por intermédio do Of. 041/2007 – SEO, de 15/02/07, a CEB, após decisão tomada na 45ª Assembleia Geral Ordinária, agrupou suas ações, a partir de 18/06/07, adotando assim, a cotação unitária, passando o seu capital social, a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe "A" e 3.294.024 ações preferenciais classe "B".

Criada mediante autorização da lei nº. 4.545, de 10 de Dezembro de 1964, e com a atual denominação dada pela Lei nº. 383, de 16 de Dezembro de 1992, sua controlada CEB Distribuição S.A. é a concessionária pública de energia elétrica que presta serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal. Sua sede se situa na cidade de Brasília, no Setor de Áreas Públicas trecho 1, SAPS - SIA.

Organização Societária



Companhia Energética de Brasília

Consolidado (Em Números) – 2010/2009

Econômico – Financeiro Consolidado (R\$ Mil)	2010	2009
Receita Operacional Bruta	1.839.320	1.635.062
Receita Operacional Líquida	1.284.394	1.198.795
Resultado Operacional Líquido	40.088	63.731
EBITDA	119.115	145.335
Lucro Líquido	19.617	71.190
Patrimônio Líquido	714.306	711.913

Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília – CEB

3.1. Empresas Controladas

3.1.1. CEB Distribuição S.A.

A CEB Distribuição S.A. é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília (CEB) e tem por objeto a distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal, nos termos do Contrato de Concessão nº 66/1999 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ou em outras áreas do País, cuja concessão para exploração seja-lhe outorgada.

A CEB D foi criada pela Lei Distrital nº 2.710, de 24/05/2001, e constituída por intermédio da escritura pública em 20/06/2005. É uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, e segue as orientações do Ministério das Minas e Energia (MME) e da ANEEL, por ser o órgão fiscalizador da concessão da CEB D.

Os ativos da CEB D são resultantes da versão de parte do patrimônio da Companhia Energética de Brasília, em função da reestruturação societária realizada em 12 de janeiro de 2006, nos termos das Resoluções nº 167/2001, nº 593/2002, nº 22/2003 e da Resolução Autorizativa nº 318/2005, da ANEEL.

A área de concessão abrange todo o Distrito Federal, dividido em 30 regiões administrativas, com uma extensão de 5.822,1 km², e atende 851.787 (dez/2010) clientes.

3.1.1.1. Sistema Elétrico

O sistema de distribuição da CEB D, nas tensões entre 15 e 138 kV, encontra-se interligado com o sistema supridor de FURNAS e constitui-se atualmente de 33 subestações, sendo 14 alimentadas em 138 kV, 05 em 69 kV, 14 em 34,5 kV, perfazendo a capacidade instalada de transformação de 2.136 MVA.

O suprimento de energia ao Distrito Federal é realizado, principalmente, por Furnas Centrais Elétricas S.A., por meio das subestações Brasília Sul – 345/138 kV, Brasília Geral – 230/34,5 kV e Samambaia – 345/138 kV, com capacidades de 900 MVA, 240 MVA e 450 MVA, respectivamente, de Corumbá IV com 127 MW de potência instalada e Corumbá III com 93 MW de potência instalada.

Para alimentação dessas subestações dispõe-se de um sistema de distribuição acima de 15 kV, constituído de circuitos de 138 kV, 69 kV e 34,5 kV, com extensão de 915 km.

As subestações de Brasília Sul e Samambaia, de propriedade de FURNAS, são fontes para o sistema de 138 kV da CEB D, composto pelas subestações Águas Claras, Brasília Centro, Brasília Norte, Sudoeste, Embaixadas Sul, Ceilândia Norte, Ceilândia Sul, Contagem, Monjolo, Santa Maria, Sobradinho Transmissão e Taguatinga. O sistema de distribuição em 69 kV é suprido pelas subestações Ceilândia Sul e Sobradinho Transmissão, enquanto que o sistema em 34,5 kV está polarizado em torno das subestações de Brasília Norte e Taguatinga, da CEB D, e também da subestação Brasília Geral, de Furnas. A subestação Mangueiral, em 138 kV, recebe energia de Corumbá III, aumentando a confiabilidade, principalmente na região central de Brasília.

A subestação Brasília Norte tem como área de abrangência a região central do Plano Piloto, Asa Norte, Lago Norte, Lago Sul e parte da região do Cruzeiro (Cruzeiro e SIA), constituindo, juntamente com as subestações Sobradinho Transmissão e Contagem, fonte supridora à região Leste do DF (fábricas de cimento, Sobradinho, Planaltina e PAD).

Ao longo de 2010 foram inauguradas as subestações Vale do Amanhecer, São José e Mangueiral, além de novas unidades de transformadores e unidades capacitivas.

A subestação Brasília Centro desempenha um importante papel no sistema elétrico da Companhia, alimentando importantes cargas na região central de Brasília (Ministérios, Palácios e Setor de Autarquias), através dela própria e das subestações 02, 03 e 06. A subestação Embaixadas Sul, com operação iniciada em dezembro de 2006, vem assumindo gradativamente parte dessas cargas, dividindo com a subestação Brasília Centro o atendimento aos setores onde estão instalados os órgãos centrais do governo federal.

O suprimento às regiões Oeste e Sul do Distrito Federal está inserido na área de influência das subestações Taguatinga, Ceilândia Sul e Norte, Águas Claras, Monjolo, Gama e Santa Maria, as quais atendem as cidades de Taguatinga, Guará, Ceilândia, Brazlândia, Samambaia, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Gama e Santa Maria, constituindo áreas de acentuado crescimento da atividade econômica e de adensamento populacional.

O suprimento à Asa Sul está sob abrangência da subestação Brasília Geral, de Furnas, responsável também por parte do Lago Sul, por meio das subestações 01, 02 e 05.

3.1.1.2. Compra de Energia Elétrica pela CEB Distribuição S.A.

Fonte	2010		2009		Variação 2010/2009 (%)
	MWh	(%)	MWh	(%)	
Eletrobrás - ITAIPU	1.067.262	16,57	1.097.703	(2,77)	
Eletrobrás - PROINFA	141.835	2,20	121.169	17,06	
CCEAR	3.229.466	50,15	3.155.777	2,34	
Corumbá Concessões S.A.	665.760	10,34	665.760	0	
Energética Corumbá III S.A.	176.099	2,73	28.766	512,18	
Geração C III S.A.	264.148	4,10	43.149	512,18	
CEB Lajeado S.A.	885.976	13,76	885.976	0	
Investco S.A.	8.669	0,13	8.669	0	
Energia de Curto Prazo	-	0,00	-	0	
Total	6.439.214	100	6.006.969	7,2	

Fonte: Gerência de Mercado e Comercialização - GRMC.

A compra de energia elétrica pela CEB D cresceu 7,2% para atender à elevação de consumo no mercado do Distrito Federal. Destaque-se o início da operação comercial da segunda unidade geradora da UHE Corumbá III ocorrido em janeiro de 2010.

3.1.1.3. Mercado

3.1.1.3.1. Número de Consumidores Por Classe

Em 31 de dezembro de 2010, a CEB D registrou o total de 851.787 unidades consumidoras, com crescimento de 3,0% em relação a dezembro de 2009.

Classes de Consumidores	2010	2009	Variação 2010/2009(%)
Residencial	740.264	720.960	2,7
Comercial	1.688	89.910	5,8
Rural	95.168	9.240	2,8
Poder Público	9.497	4.600	4,7
Industrial	4.818	1.677	0,7
Serviço Público	19	233	23,2
Iluminação Pública	287	19	-
Próprio	46	49	(6,1)
Total	851.787	826.688	3,0

Fonte: Boletim de Mercado da CEB Distribuição S.A.

3.1.1.3.2. Consumo por Classe

O consumo de energia elétrica no País cresceu 7,8% em 2010. Já o mercado de energia elétrica do Distrito Federal cresceu 6,9% em relação ao mesmo período de 2009, atingindo 5.383 GWh.

Classes de Consumidores	2010 (MWh)	2009 (MWh)	Variação 2010/2009 (%)
Residencial	1.966.598	1.878.995	4,7
Comercial	1.651.299	1.535.465	7,5
Poder Público	548.026	516.937	6,0
Serviço Público	326.001	300.780	4,0
Iluminação Pública	344.640	313.467	14,6
Industrial	419.733	375.257	11,9
Rural	124.208	112.497	10,4
Consumo Próprio	2.400	2.644	(9,2)
Total	5.382.635	5.036.062	6,9

Fonte: Boletim de Mercado da CEB Distribuição S.A.

Foram consumidos 5.382.635 MWh em 2010, contra 5.036.062 MWh do exercício anterior, resultando em um acréscimo de 6,9% do consumo de energia.

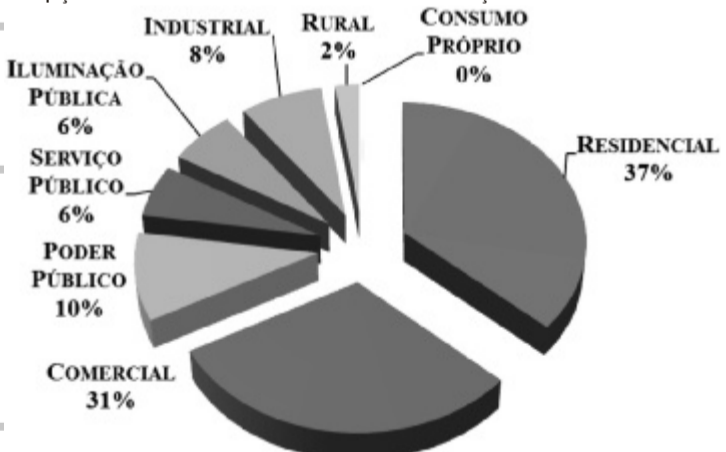
Esse resultado deve-se principalmente ao crescimento de 4,7% na classe residencial, que participou com 36,5% do consumo total. Este desempenho pode ser atribuído tanto ao aumento de 3,0% no número de consumidores residenciais, equivalente a 19,3 mil novas ligações, quanto ao nível do consumo médio mensal, que passou de 221 para 224 kWh/mês.

O consumo industrial apresentou um crescimento de 11,9% em relação ao ano anterior. Os destaques foram para a indústria de Cimento que correspondeu a 65,1% do total do consumo industrial e cresceu 8,2% em 2010 e a indústria de Produtos Químicos, cujo crescimento no consumo de energia foi de 44,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

O consumo comercial consolidou um aumento de 7,5% em 2010 com destaque para o setor de Atividades Imobiliárias e para o ramo de Alojamento e Alimentação que cresceram 22,9% e 16,0%, respectivamente.

Outra classe que se destacou no ano de 2010 foi a de iluminação pública que cresceu 14,6%, influenciada pelos programas criados pelo GDF, principalmente, o Brasília Integrada e o Governo nas Cidades.

Participação das classes de consumidores no faturamento da CEB Distribuição S.A.



Fonte: Boletim de Mercado da CEB Distribuição S.A.

3.1.1.4. Carga

A carga total do sistema CEB D, composta pelos valores de consumo dos clientes cativos, livres e pelo valor das perdas totais, cresceu 6,9% em relação ao mesmo período de 2009, atingindo 6.419 GWh.

3.1.1.5. Perdas Totais

O índice de perdas totais fechou o ano com uma leve alta em relação a 2009, isto é, aumentou de 12,71% para 12,76% em 2010.

3.1.1.6. Reajuste Tarifário

Em 26 de agosto de 2010, a Anel estabeleceu o percentual médio de reajuste sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEB D em 10,79%, sendo 8,55% econômico e 2,24% financeiro.

O efeito médio desse reajuste sobre as tarifas dos consumidores foi de 6,66%, sendo de 7,77% para os consumidores atendidos em alta tensão e de 6,10% para aqueles atendidos em baixa tensão.

3.1.1.7. Indicadores de Qualidade

Os principais indicadores de qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica constantes do Contrato de Concessão e fiscalizados pela Anel são o DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e o FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor. Em 2010, foi apurado o valor de 15,23 para o DEC e 15,15 para o FEC.

A redução do FEC, em relação ao ano anterior (-7,11%), deve-se, dentre outras ações, à instalação de equipamentos operacionais com tecnologia mais moderna e adequação de parte das redes de distribuição para padrões de melhor desempenho.

A redução do DEC, em relação ao ano anterior (-13,07%) é resultado das ações iniciadas em 2009, principalmente as obras de instalação de redes elétricas nos condomínios Sol Nascente e Pôr do Sol em Ceilândia e no Condomínio Porto Rico em Santa Maria.

Apesar da melhora nos indicadores de continuidade para o sistema como um todo, Os valores obtidos para DEC ainda estão maiores que os limites máximos regulatórios. Isso se deve ao fato de que os limites estabelecidos pela ANEEL para cada um dos conjuntos, apresentam taxa de melhora anual ainda, maiores do que os avanços obtidos pelas ações de melhoria da CEB D.

A implantação de novas subestações, previstas no PDD, e a consequente redução do comprimento dos circuitos, bem como o crescimento da capacidade de transformação, irá impactar positivamente, ajustando a taxa de melhora do desempenho do sistema de distribuição da CEB D à demanda da Agência reguladora.

3.1.1.8. Obras no Sistema Elétrico

Em continuidade à gestão para a modernização, adequação e ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica da área de concessão, a CEB D executou o plano de obras de 2010, contemplando os diversos componentes do sistema.

3.1.1.8.1. Obras Concluídas

- Linhas e Subestações
- Implantação da Subestação Vale do Amanhecer, obra concluída em abril de 2010, na configuração barra simples em 69kV, e 13,8kV composta por:

- 2 transformadores, 69-13,8 kV, 6,25 MVA;
- 10 Cubículos de 13,8 kV, sendo 4 para alimentadores, um para entrada de trafo um para banco de capacitores, um serviço auxiliar e uma interligação de barras;
- Área de influência da SE: a implantação desta subestação irá melhorar o suprimento na região do Vale do Amanhecer. Hoje as cargas acima mencionadas são atendidas pela Subestação Planaltina.

- Subestação Santa Maria, obra concluída em fevereiro de 2010, com a instalação do transformador T1 20/26/32 MVA 138/13,8 kV e barra de Alimentadores associados (8 alimentadores).
- Área de influência da SE: a ampliação desta subestação irá melhorar o suprimento na Cidade de Santa Maria e atenderá o aumento de carga no Pólo JK.
- Antes desta obra, a Subestação contava com apenas 8 alimentadores, e na configuração final passará para 16 alimentadores.

- Implantação da LD São José, obra concluída em Agosto de 2010:
 - 30,5 Km de linha 69 kV circuito Simples – Aéreo;
 - Esta obra tem por objetivo suprir a Subestação São José, através de uma derivação da linha Sobradinho Transmissão x PAD.

- Implantação da Subestação São José, obra concluída em Setembro de 2010, na configuração barra simples em 69 kV, e 13,8 kV composta por:
 - 1 transformador, 69-13,8 kV, 6,25 MVA;
 - 8 cubículos de 13,8 kV, sendo 4 para alimentadores, um para entrada de trafo um para banco de capacitores, um serviço auxiliar e uma interligação de barras;
 - Área de influência da SE: a implantação desta subestação irá melhorar o suprimento na região rural do PAD, aliviando a Subestação do PAD. Hoje as cargas acima mencionadas são atendidas hoje pela Subestação PAD e Planaltina.

- Ampliação da Subestação SE4 com a instalação de um terceiro transformador de 34,5/13,8 kV 20/25 MVA. Esta obra foi concluída em Julho de 2010, e possibilitou a melhoria no suprimento das cargas da Asa Norte.

Obra concluída em Setembro de 2010: Instalação de banco de capacitores na Subestação Guará.

- 1 banco de capacitores de 2,4 MVA;
- Banco já energizado;
- Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região do Guará.

Instalação de banco de capacitores na Subestação Núcleo Bandeirante, obra concluída em Setembro de 2010:

- 1 banco de capacitores de 2,4 MVA;
- Banco já energizado;
- Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região do Núcleo Bandeirante.

Instalação de banco de capacitores na Subestação Sobradinho, obra concluída em Setembro de 2010:

- 1 banco de capacitores de 2,4 MVA;
- Banco liberado para comissionamento;
- Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região do Sobradinho.

Instalação de banco de capacitores na Subestação SE09, obra concluída em Setembro de 2010:

- 2 bancos de capacitores de 2,4 MVA;
- Bancos liberados para comissionamento;
- Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região do Paraná.

Instalação de banco de capacitores na Subestação Planaltina, obra concluída em Setembro de 2010:

- 2 bancos de capacitores de 2,4 MVA;
- Bancos liberados para comissionamento;
- Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região de Planaltina.

Instalação de banco de capacitores na Subestação SE04, obra concluída em Setembro de 2010:

- 2 bancos de capacitores de 2,4 MVA e 2 bancos de capacitores de 4,8 MVA;
- Bancos liberados para comissionamento;
- Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região da Asa Norte.

b) Rede de Distribuição Subterrânea (15 kV)

- 11,7 km de rede subterrânea de dutos;
- 172 caixas subterrâneas;
- 71 km de circuitos instalados;
- Form executadas 22 (vinte e duas) Estações Transformadoras para Rede Subterrânea de 13,8 kV/380-220 V, em diversos locais do Distrito Federal, totalizando 43.000 kVA de potência disponibilizada.

c) Rede de Distribuição Aérea (15 kV)

- 1.815 postes;
- 97,07 km de redes de distribuição de energia elétrica em Média Tensão (13,8 kV);
- 8,21 km de redes de distribuição de energia elétrica em Média Tensão (13,8 kV) e Baixa Tensão (220/380 V);
- 44,03 km de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão (220/380 V);
- 99 transformadores Monofásicos (13,8 kV/220 V) com uma carga disponibilizada de 1.102,50 kVA;
- 337 transformadores Trifásicos (13,8 kV/220-380 V) com uma carga disponibilizada de 18.720 kVA.

3.1.1.8.2. Obras Relevantes em Curso

- Implantação da LD Samambaia x Riacho Fundo.
- 23 Km de linha 138 kV circuito Duplo – Aéreo;
- Obra iniciada, previsão de conclusão: dezembro de 2011;
- Levantamento topográfico e sondagens iniciadas;
- Sua implantação, juntamente com a Subestação Riacho Fundo em fase de licitação, melhorará o

3.1.3. CEB Participações S.A.

A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral e detém participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas.

A Empresa comercializa a energia elétrica produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, com potência instalada de 105 MW e prazo de concessão que será encerrado em 2032. A Usina localiza-se no Rio Preto, entre os municípios de Unai, no Estado de Minas Gerais, e Cristalina, no Estado de Goiás.

A referida atividade de comercialização ocorre na condição de produtor independente e na proporção de sua cota-parte (17,5%) no Consórcio CEMIG-CEBPar, responsável pela construção e operação da UHE Queimado.

A CEB Participações S.A. também é acionária da Corumbá Concessões S.A. (2,12% do total das ações), que tem como empreendimento associado à UHE Corumbá IV.

CEB Participações S.A. (Em Números) – 2010/2009

Econômico – Financeiro (R\$ Mil)	2010	2009
Receita Operacional Bruta	12.926	12.632
Receita Operacional Líquida	12.431	12.139
Resultado Operacional Líquido	10.260	7.874
EBITDA	8.549	7.278
EBITDA	9.271	7.217
Lucro Líquido (Prejuízo)	51.414	49.071
Patrimônio Líquido		

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Participações S.A.

No exercício de 2010, a CEBPar obteve resultado positivo, com lucro líquido de R\$9.271.378,09, decorrente das operações de venda de energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, prestação de serviços administrativos, aplicações financeiras e recebimento de dividendos. O lucro líquido de 2010 foi 28,46 % superior ao apurado em 2009. Os principais fatores que causaram o citado aumento foram a venda de montantes de energia descontratados em 2009, o bom desempenho no mercado de curto prazo, a diminuição de custos no âmbito do Consórcio, sobretudo quanto a execução de programas ambientais, e o reajuste do preço da energia anual.

3.1.4. CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) das ações ordinárias (os restantes 40,07% pertencem à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS). A Empresa desenvolve atividades de comercialização de 19,80% da energia elétrica produzida pela UHE – Luis Eduardo Magalhães, com potência instalada de 902,5 MW e prazo de concessão a ser encerrado em 2032. A Usina localiza-se no Rio Tocantins, nos municípios de Palmas e Miracema do Tocantins, Estado de Tocantins.

CEB Lajeado S.A. (Em Números) – 2010/2009

Econômico – Financeiro (R\$ Mil)	2010	2009
Receita Operacional Bruta	101.426	106.608
Receita Operacional Líquida	90.860	96.747
Resultado Operacional Líquido	26.266	30.637
EBITDA	34.074	37.226
Lucro Líquido (Prejuízo)	31.471	34.737
Patrimônio Líquido	320.033	320.403

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Lajeado S.A.

Fundo o exercício de 2010, a CEB Lajeado apurou um resultado de R\$ 31.471 mil (R\$ 34.737 mil em 2009). Cabe destacar que o resultado econômico de 2009 foi favorecido por um componente tarifário específico, de vigência restrita àquele exercício, destinado a indenizar à CEB Lajeado os efeitos retroativos de revisão tarifária aprovada pela ANEEL. Em tal revisão foram considerados os efeitos de majoração de impostos e criação de encargos setoriais posteriores à assinatura do Contrato de Concessão em 1998.

3.1.5. Companhia Brasileira de Gás S.A. – CEBGÁS

A Companhia Brasileira de Gás – CEBGÁS é uma sociedade de economia mista, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, que tem por objetivo a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria

ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em toda a área do Distrito Federal. O prazo de concessão encerra-se em 10 de janeiro de 2030, podendo se prolongar por período de até 30 anos.

Companhia Brasileira de Gás S.A. (Em Números) – 2010/2009

Econômico – Financeiro (R\$ Mil)	2010	2009
Receita Operacional Bruta	6.476	5.092
Receita Operacional Líquida	5.099	4.010
Resultado Operacional Líquido	(616)	(530)
EBITDA	(341)	(261)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(587)	(526)
Patrimônio Líquido	2.510	2.597

Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Brasileira de Gás S.A.

Por necessitar de elevada escala de comercialização para compensar a reduzida margem de lucro por unidade de combustível comercializado, ainda não foi possível produzir receita capaz de gerar lucro no exercício findo.

3.2. Empresas Coligadas

3.2.1. Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações, concessionária do serviço público de energia elétrica. Atua na geração de energia, na condição de produtora independente, com prazo de concessão a encerrar-se em 2035, para a exploração da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. A Usina localiza-se no Rio Corumbá, municípios de Luziânia, Santo Antonio do Descoberto, Alexânia, Abadânia e Silvânia, Estado de Goiás.

Corumbá Concessões S.A. (Em Números) – 2010/2009

Econômico – Financeiro (R\$ Mil)	2010	2009
Receita Operacional Bruta	125.059	111.264
Receita Operacional Líquida	117.204	106.574
Resultado Operacional Líquido	(7.382)	2.585
EBITDA	63.577	49.682
Lucro Líquido (Prejuízo)	(11.604)	505
Patrimônio Líquido	225.673	237.277

Fonte: Demonstrações Contábeis da Corumbá Concessões S.A.

3.2.2. Energética Corumbá III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001. A Empresa é Concessionária do serviço público de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 126/2001 – ANEEL Corumbá III, na condição de produtora independente, com prazo de concessão a encerrar-se em 2036, para a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW. O AHE Corumbá III localiza-se no Rio Corumbá, município de Luziânia, Estado de Goiás.

A Empresa detém 40% do empreendimento e a Neoenergia, sólida investidora do setor elétrico, é a outra consorciada, participando com a parcela de 60%.

A Energética Corumbá III S.A. tem como acionistas a CEB (37,5%), a CELG-G&T (37,5%), a Strata (12,5%) e a Enerpower (12,5%). A primeira máquina do empreendimento entrou em operação em outubro de 2009 e a segunda unidade geradora entrou em serviço em fevereiro de 2010.

O prejuízo apurado em 2009, da ordem de R\$ 0,47 milhões, reflete a pequena geração de receita ocorrida com a entrada em operação de apenas uma unidade geradora. No próximo exercício, com a operação também da segunda máquina, provavelmente haverá o registro de resultado positivo.

Destaque-se que a CEB praticamente já aportou sua parcela de capital próprio prevista para o negócio, assim como a CELG-G&T, enquanto a Strata e a Enerpower estão inadimplentes quanto as partes das integralizações das ações correspondentes às suas participações. Por esse motivo, há a possibilidade de ocorrer diluição da Energética Corumbá III S.A., uma vez que os recursos foram cobertos pela Neoenergia, para que não houvesse alterações no cronograma de obras da UHE Corumbá III. Tal situação poderá, ainda, provocar o vencimento antecipado do financiamento contratado com o BNDES para construção da Usina (saldo devedor de R\$ 98,0 milhões). Entretanto, há negociações em curso com os agentes envolvidos para solucionar o problema causado pelos acionistas privados, cuja premissa é a responsabilização e integral atribuição de custos aos acionistas faltantes, sem prejuízo à CEB e CELG-G&T.

Energética Corumbá III S.A. (Em Números) – 2010/2009

Econômico – Financeiro (R\$ Mil)	2010	2009
Receita Operacional Bruta	27.605	4.468
Receita Operacional Líquida	26.334	4.365
Resultado Operacional Líquido	6.792	89
EBITDA	21.016	2.612
Lucro Líquido (Prejuízo)	5.913	(47)
Patrimônio Líquido	101.807	97.066

Fonte: Demonstrações Contábeis da Energética Corumbá III S.A.

3.3. Empresa Ligada

3.3.1. BSB Energética S.A.

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para construir Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista.

Em 2006, ao associar-se com outras empresas que também possuíam concessões, projetos e licenças ambientais de empreendimentos de mesma natureza, além de outros investidores, a BSB Energética S.A. passou a deter participação acionária na Brasil PCH S.A. Esta Empresa, por sua vez, logrou sucesso quanto à captação de recursos para construção dos empreendimentos, tendo como principal fonte financiadora o BNDES, resultando uma conjuntura empresarial que possibilitou a entrada em operação de nove usinas em 2008 e quatro unidades concluídas em 2009.

Note-se uma característica evidenciada para o futuro da BSB Energética S.A. Houve a decisão empresarial dos acionistas de não dar continuidade à prospecção de novos aproveitamentos hidrelétricos. Por outro lado, como a Empresa associou-se à Brasil PCH S.A. por meio de três projetos de usinas a serem construídas por esta última, sem qualquer compromisso quanto a operação e manutenção dos empreendimentos, restou apenas a participação acionária no negócio. Assim, a BSB Energética S.A. tornou-se uma empresa essencialmente investidora. Entretanto, resta o pagamento de despesas remanescentes relacionadas com as prospecções das três PCHs oferecidas no processo de participação na Brasil PCH S.A., demandando investimentos finais da CEB na BSB Energética S.A. de pequena expressão.

BSB Energética S.A. (Em Números) – 2010/2009

Econômico – Financeiro (R\$ Mil)	2010	2009
Resultado Operacional Líquido	(2.073)	(57)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(2.073)	711
Patrimônio Líquido	20.157	19.940

Fonte: Demonstrações Contábeis da BSB Energética S.A.

4. Perspectivas Empresariais

Fundo o exercício de 2010, resta à certeza da recuperação da CEB Distribuição S.A. e a consolidação definitiva dos negócios da Companhia, com o alcance da estabilidade empresarial que possibilitará eventual planejamento para expansão da Controladora.

Dessa forma, em 2011, trabalha-se para que sejam apresentados resultados positivos em todas as empresas do segmento de geração de energia, bem como na CEB Distribuição S.A.

Ademais os elementos disponíveis asseguram e recomendam que no exercício de 2011, a Administração da Companhia continue sua tarefa de consolidação das bases que assegurarão o alcance das estratégias empresariais concebidas.

5. Auditores Independentes

A Companhia informa, nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, que utiliza os serviços de Auditoria Independente da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES S/S; e que em 2010, não utilizou outros serviços desses auditores senão aqueles ligados diretamente à auditoria das demonstrações contábeis.

6. Agradecimentos

A Administração da Companhia Energética de Brasília S.A., na oportunidade em que, cumprindo determinações legais que regem as sociedades anônimas, presta contas de sua gestão no exercício de 2010, aproveita o ensejo para agradecer a confiança que mereceu de seus acionistas, principalmente o Governo do Distrito Federal, bem como o comprometimento e a dedicação de seus colaboradores, e o apoio de seus parceiros e de toda a sociedade brasileira, destinatária final dos benefícios que esta Empresa tem por objetivo produzir.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2010

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009 (em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	01/01/2009		
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	1.319	4.071	5.747	99.258	60.231	36.243
Contas a Receber	8	23.636	3.709	5.211	305.941	237.954	231.013
Estoques		1.058	959	556	8.619	11.082	7.973
Tributos e Contribuições	10	2.591	6.091	380	20.913	28.944	15.803
Outros Créditos	9	9.387	8.041	4.658	15.229	27.361	30.464
TOTAL DO CIRCULANTE		37.991	22.871	16.552	449.960	365.572	321.496
NÃO CIRCULANTE							
Aplicação Financeira	12	-	-	-	9.285	8.223	6.436
Contas a Receber	8	-	167	-	110.371	103.361	105.317
Depósitos e Bloqueios Judiciais	13	5	5	10	11.145	19.999	17.737
Tributos e Contribuições	10	-	-	-	20.517	12.551	9.545
Tributos Diferidos	11	-	-	-	-	8.516	6.078
Bens Destinados a Alienação	16	2.850	2.850	286.907	286.877	281.658	287.329
Ativo Financeiro de Concessões	14	-	-	-	343.738	239.157	175.165
Outros Créditos	9	-	-	-	17.557	18.281	4.832
Investimento	15	571.010	598.411	280.508	285.119	280.520	283.071
Imobilizado	17	11.879	10.162	10.741	197.361	196.967	188.538
Intangível	18	-	-	-	388.004	467.299	460.403
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		585.744	611.595	578.166	1.669.974	1.636.432	1.544.451
ATIVO TOTAL		623.735	634.466	594.718	2.119.934	2.002.004	1.865.947

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009 (em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	01/01/2009		
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
CIRCULANTE							
Fornecedores	19	9.669	10.106	4.293	142.987	119.647	366.724
Obrigações Tributárias	20	7.881	11.491	1.240	100.938	54.771	42.071
Encargos Regulatórios	21	-	-	-	106.169	72.407	89.936
Empréstimos e Financiamentos	22	8.000	8.000	5.841	154.199	102.931	23.316
Obrigações Societárias		-	9.220	-	5.291	24.956	3.993
Obrigações Sociais e Trabalhistas		70	17	16	19.636	19.532	19.790
Benefícios Pós Emprego		-	-	-	55.614	99.406	97.309
Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	23	9.940	1.427	2.338	20.547	18.477	2.338
Outras Obrigações		239	1.733	36.550	22.565	23.755	28.617
TOTAL DO CIRCULANTE		35.799	41.994	50.278	627.946	535.882	674.094
NÃO CIRCULANTE							
Obrigações Tributárias	20	97.270	97.270	100.553	98.639	98.253	101.422
Empréstimos, Financiamentos e Encargos	22	666	8.000	-	332.030	366.199	89.776
Benefícios Pós Emprego	24	-	-	-	215.657	184.146	228.283
Encargos Regulatórios	21	-	-	-	74.688	68.036	64.491
Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	23	-	-	-	54.276	35.227	40.777
Outras Obrigações		-	-	-	2.392	2.348	2.365
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		97.936	105.270	100.553	777.682	754.209	527.114
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25						
Capital Social Realizado		342.056	342.056	342.056	342.056	342.056	342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		11.994	11.994	11.994	11.994	11.994	11.994
Ajuste de Avaliação Patrimonial		188.817	188.817	195.191	188.817	188.817	195.191
Reserva de Lucros		29.600	29.600	-	29.600	29.600	-
Prejuízos Acumulados		(82.467)	(85.265)	(105.354)	(82.467)	(85.265)	(105.354)
Atribuível ao acionista controlador		490.000	487.202	443.887	490.000	487.202	443.887
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	224.306	224.711	220.852
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		490.000	487.202	443.887	714.306	711.913	664.739
PASSIVO TOTAL		623.735	634.466	594.718	2.119.934	2.002.004	1.865.947

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)

	Notas	Controladora (BrGaap)		Consolidado (IFRS)	
		2010	2009	2010	2009
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26a	62.080	48.074	1.284.394	1.198.795
Custo com Energia Elétrica		-	-	(661.054)	(561.151)
Custo de Operação	26b	-	-	(280.191)	(297.504)
Custo do serviço prestado a terceiros		(38.847)	(52.020)	(47.316)	(55.872)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		23.233	(3.946)	295.833	284.268
Despesas Operacionais	26c	(18.346)	132	(220.070)	(167.660)
Despesas com vendas		-	-	(62.942)	(47.810)
Despesas gerais e administrativas		(18.346)	(6.453)	(157.128)	(126.435)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		-	6.585	-	6.585
Receitas (Despesas) Financeiras	26d	(2.094)	(1.618)	(43.596)	(48.900)
Receitas financeiras		184	516	46.639	28.793
Despesas financeiras		(2.278)	(2.134)	(90.235)	(77.693)
Resultado de Equivalência Patrimonial		1.922	64.115	7.921	16.023
RESULTADO OPERACIONAL		4.715	58.683	40.088	83.731
LUCRO ANTES DA CSLL e IRPJ		4.715	58.683	40.088	83.731
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(1.917)	(6.148)	(11.955)	(15.898)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		-	-	(8.516)	3.357
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.798	52.535	19.617	71.190
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		-	-	2.798	52.535
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	16.819	18.655

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 – (valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, controlada pelo Governo do Distrito Federal.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2. Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Nome da Investida	Tipo	Participação acionária		
		2010	2009	01/01/09
Em controladas				
CEB Distribuição S.A.	Distribuidora	100%	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geradora	100%	100%	100%
CEB Participação S.A.	Geradora	100%	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Geradora	59,93%	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás	Gás	17%	17%	17%
Em controladas em conjunto				
Energética Corumbá III S.A.	Geradora	37,5%	37,5%	37,5%
Em coligadas				
Corumbá Concessões S.A.	Geradora	36,95%	36,95%	36,95%

a) Controladas

CEB Distribuição S.A. – A CEB Distribuição S.A. ("CEB-D") é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A CEB Distribuição S.A. é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. É detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do referido contrato de concessão.

i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB-D
A Companhia vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação dos referidos planos, associada ao apoio de seu controlador direto, Governo do Distrito Federal, serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

ii) Compromisso de Subscrição de Ações

Em 23 de janeiro de 2006, foi firmado o instrumento particular "Compromisso de Subscrição de Ações" entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Distribuição S.A., com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Distrito Federal na qualidade de intervenientes Anuentes, estabelecendo que:

A CEB compromete-se a subscriver e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., correspondente ao valor histórico total de R\$ 142,7 milhões, atualizado para R\$ 163,4 milhões em 31 de dezembro de 2010.

A Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, previa o aporte inicial em dezembro de 2006. Entretanto, a Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007, alterou o cronograma de aportes, conforme valores atualizados mostrados a seguir:

Anos dos Aportes	Valor
Dezembro de 2008	20.030
Dezembro de 2009	37.311
Dezembro de 2010	37.311
Dezembro de 2011	37.311
Dezembro de 2012	37.311
Total	169.274

Como garantia do aporte do valor total da subscrição, a CEB constituiu, em favor da CEB Distribuição S.A., penhor sobre 33.830.000 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil) ações ordinárias da CEB Lajeado S.A., de sua propriedade, devendo o valor desta garantia ser reduzido na proporção em que forem acontecendo as integralizações.

O § 1º do Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, determina que: "Dos recursos oriundos de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativos à CEB Distribuição, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverão ser destinados ao referido aporte de capital".

Por sua vez, o § 3º do Art. 5º da citada Resolução, estabelece que na hipótese da insuficiência dos dividendos e juros sobre o capital próprio, a CEB holding deverá aportar os recursos necessários no capital social da CEB Distribuição, cujo aporte anual não poderá ser inferior ao montante do referido compromisso.

A CEB integrou na CEB Distribuição S.A., a parcela das ações subscritas relativa a 2008, com valor histórico de R\$ 20.030 mil. A integralização das demais parcelas dar-se-á por meio de um imóvel, cuja avaliação (R\$ 274.400 mil) foi aprovada pela Assembleia Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 2009. Após a autorização da ANEEL, o referido ativo foi destinado à Empresa distribuidora e está contabilizado no Patrimônio Líquido com o valor avaliado.

Entretanto, a Agência reguladora reconhecera a integralização das ações por meio do imóvel, apenas quando ocorrer sua alienação, considerando o valor financeiro líquido da operação, deduzidos os impostos relacionados. O processo de alienação foi iniciado no último trimestre de 2009 e encontra-se com duas alternativas excludentes em curso: a) alienação por meio de leilão; e b) alienação por intermédio de venda direta para a Empresa imobiliária do Distrito Federal (Terracap). Seja qual for a hipótese prevalente, está assegurado o valor da avaliação aprovado na citada Assembleia Extraordinária de Acionistas.

Havia a previsão de conclusão do processo de alienação no decorrer de 2010, apesar das tentativas a empresa não obteve sucesso. Em 2011 a empresa retomará o processo, possibilitando o completo atendimento do "Compromisso de Subscrição de Ações" formalizado pelas empresas envolvidas, inclusive de forma antecipada. A conclusão da operação destinará os recursos necessários e suficientes para que a CEB Distribuição S.A. continue o intenso programa de investimentos iniciado em 2007, permitindo a recuperação e as ampliações necessárias do sistema de distribuição de energia da área de concessão e assegurando o adequado padrão de qualidade da energia fornecida a seus clientes.

- CEB Geração S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648 de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

- CEB Participações S.A. – CEBPar – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG-CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- CEB Lajeado S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) das ações da Companhia.

A CEB Lajeado em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 85,31% do capital social da INVESTCO S.A., sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luis Eduardo Magalhães, com sede na cidade Miracema, Estado de Tocantins.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado" cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás

A Companhia entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

b) Controlada em conjunto com outros acionistas

- Energética Corumbá III S.A. – sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 31 de dezembro de 2010 é apresentada conforme a seguir:

NOME	ON	%	PN	%	TOTAL	%
Energ Power S.A.	15.198.261	25	-	-	15.198.261	12,5
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.	15.198.261	25	-	-	15.198.261	12,5
Companhia Energética de Brasília - CEB	15.198.260	25	30.396.523	50	45.594.783	37,5
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG G&T	15.198.260	25	30.396.523	50	45.594.783	37,5
Total	60.783.042	100	60.783.046	100	121.586.088	100

c) Coligadas

- Corumbá Concessões S.A. – sociedade por ações, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 31 de dezembro de 2010 é apresentada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Serveng - Civisan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	129.849.830	53,23	-	-	-	-	129.849.830	18,73
Companhia Energética de Brasília - CEB	52.809.968	21,65	203.199.943	63,03	-	-	256.009.911	36,94
C & M Engenharia Ltda	17.103.426	7,01	-	-	-	-	17.103.426	2,46
Fundo de Investimentos em Participações BRB Corumbá	-	-	-	-	126.666.666	100	126.666.666	18,28
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	12.500.000	5,12	37.500.000	11,63	-	-	50.000.000	7,21
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	25.000.000	10,24	74.999.999	23,26	-	-	99.999.999	14,43
CEB Participações S.A. - CEBPAR	6.642.500	2,72	6.642.500	2,06	-	-	13.285.000	1,91
Total	243.905.724	100	322.342.442	100	126.666.666	100	692.914.832	100

- Investco (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – companhia de capital aberto tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A composição acionária da investida em 31 de dezembro de 2010 é apresentada conforme a seguir:

NOME	ON	%	PNR	%	PNA	%	PNB	%	PNC	%	TOTAL	%
CEB Lajeado S.A.	80.440	19,99	51.112	20,00	980	6,02	1.031	19,99	-	-	133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	6,99	343	2,10	361	7,01	-	-	46.747	5,94
EDP Energias do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,01	186.559	73,01	6.685	41,04	3.764	73,00	-	-	490.616	62,38
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	-	-	-	6.425	39,44	-	-	-	-	6.425	0,81
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	1.650	10,13	-	-	-	-	1.650	0,20
Outros	-	-	-	-	206	1,26	-	-	71.252	66,4670	71.458	9,08
Total	402.202	100	255.560	100	16.289	100	5.156	100	107.199	100	786.406	100

1.3. Autorizações e concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
GERAÇÃO			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
OUTROS			
CEBGÁS S/A	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da CEB preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão sendo apresentadas em IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Contudo, não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora (constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil) e o patrimônio líquido e resultado da controladora (constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil). Dessa forma, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Por se tratar de uma empresa preponderantemente de participação em outras sociedades, as notas explicativas refletem, basicamente, as práticas contábeis e detalhamentos de contas de suas controladas e coligadas.

Essas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o Pronunciamento Técnico CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) - foi aplicado.

Uma explicação de como a transição para as normas IFRS afetou a posição patrimonial e financeira e o desempenho financeiro do Grupo está apresentada na Nota Explicativa nº 03.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Não está sendo apresentada a demonstração dos resultados abrangentes em razão de não haver transação passível de alocação nessa demonstração.

As Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e os normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir do exercício de 2010 e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, foram adotados pela Companhia com aplicação retrospectiva ao exercício de 2009 e para a data de 1º de janeiro de 2009, que é a data de transição da adoção das novas normas. Explicações sobre a transição para as novas normas do CPC e das IFRS e os respectivos efeitos nas posições patrimoniais e financeiras estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de julho de 2011.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 08), cálculo das depreciações do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 08), amortizações dos ativos intangíveis (Nota Explicativa nº 18), provisões para riscos trabalhistas, civis, fiscais e regulatórios (Nota Explicativa nº 23) e obrigações decorrentes de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 24). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas trimestralmente.

2.6. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia elaborou as demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) pelo método direto nos termos do Pronunciamento Técnico nº 03 (R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (IAS 7).

2.7. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico nº 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas IFRS. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC 37 (R1).

As demonstrações financeiras de 1º de janeiro de 2009 (data de transição adotada pela Companhia) foram preparadas de acordo com o CPC 37 (R1). A Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva de Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Com a aplicação do CPC 37 (R1), as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia passaram a ser apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

a) Isenções adotadas

O CPC 37 (R1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias e adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva:

i) Facultade do uso do custo atribuído para o ativo imobilizado: o Grupo optou por utilizar a mensuração do custo atribuído (deemed cost) para os bens imóveis classificados no ativo imobilizado, exceto para aqueles vinculados à geração de energia (vide justificativas abaixo). Os efeitos da adoção do custo atribuído estão evidenciados na Nota Explicativa nº 17. Com relação aos bens vinculados ao segmento de geração de energia (usinas), o Grupo optou por não utilizar a mensuração do custo atribuído, cuja decisão foi apoiada em estudos efetuados em conjunto com consultoria técnica externa. Com base no referido estudo, a Administração do Grupo concluiu que as taxas de depreciação utilizadas para esse conjunto de bens são adequadas desde a aquisição e, portanto, os saldos contábeis registrados não sofreram distorções. As taxas utilizadas são coincidentes com aquelas definidas pelo órgão regulador (ANEEL) desde a aquisição dos bens e que refletem a real vida útil econômica dos ativos, bem como concluiu que não há discrepâncias significativas entre os valores contábeis e os respectivos valores justos dos bens. Diante dessas conclusões, a Administração da Companhia considerou que não existem indícios de que os valores contábeis registrados não representem e/ou não se aproximam dos valores justos dos respectivos bens na data de transição.

Com relação aos demais bens do Ativo Imobilizado, a Companhia optou por não utilizar a mensuração do custo atribuído em decorrência dos seguintes fatores: a) a baixa representatividade do ativo imobilizado em relação ao total; b) a composição desse ativo não apresentar itens considerados individualmente relevantes; c) a vida útil remanescente dos bens não é considerada extensa; e d) a adoção do valor justo não resultaria em valores significativos.

ii) Isenção relativa à aplicação contratos de concessão (ICPC-1/IFRIC-12): a Companhia avaliou ser impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na atividade de distribuição de energia nas suas datas de aquisição. Assim, foi utilizado o valor contábil para mensurar o ativo intangível correspondente à parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão, bem como para mensurar o ativo financeiro indenizável, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro instrumento financeiro do Poder Concedente.

iii) Isenção relativa à aquisições societárias: Como parte da transição para as normas das IFRS e CPC, a Companhia optou por não representar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009.

b) Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado de acordo com os novos pronunciamentos contábeis do CPC e das IFRS
Apresentamos a seguir os ajustes e as reclassificações decorrentes da aplicação dos novos pronunciamentos contábeis do CPC e das IFRS, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 e relativos à demonstração do resultado do exercício de 2009, conciliando as demonstrações financeiras originalmente apresentadas em conformidade com as práticas contábeis anteriormente vigentes com as novas demonstrações financeiras adaptadas às novas práticas contábeis. Adicionalmente, uma explicação dos ajustes e das reclassificações está sendo apresentada após os quadros demonstrativos.

i) Conciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC e das IFRS):

	Publicado 31/12/2008	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado 01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.855	-	388	36.243
Contas a Receber	230.856	(1.050)	1.207	231.013
Estoques	7.973	-		

	Publicado 31/12/2009	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado 31/12/2009
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	124.935	-	(5.288)	119.647
Obrigações Tributárias	57.037	(2.351)	85	54.771
Encargos Regulatórios	72.407	-	-	72.407
Empréstimos e Financiamentos	102.931	(8.000)	8.000	102.931
Obrigações Societárias	25.234	(24.172)	23.894	24.956
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.532	-	-	19.532
Benefícios Pós Emprego	99.406	-	-	99.406
Passivos Regulatórios	9.690	-	(9.690)	-
Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórias	61.272	(43.442)	647	18.477
Outras Obrigações	22.407	1.043	305	23.755
TOTAL DO CIRCULANTE	594.852	(76.922)	17.953	535.882
NÃO CIRCULANTE				
Obrigações Tributárias	983	-	97.270	98.253
Empréstimos e Financiamentos	366.199	8.000	(8.000)	366.199
Benefícios Pós Emprego	184.146	-	-	184.146
Encargos Regulatórios	68.036	-	-	68.036
Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórias	-	35.227	-	35.227
Outras Obrigações	12.927	(11.994)	1.415	2.348
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	632.291	31.233	90.685	754.209
Atribuível aos acionistas não controladores	250.217	(224.711)	(25.506)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	342.056	-	-	342.056
Adiantamento para futuro Aumento de Capital	-	11.994	-	11.994
Ajustes de avaliação patrimonial	-	29.524	159.293	188.817
Reserva de Lucros	29.600	-	-	29.600
Prejuízos Acumulados	-	4	(85.269)	(85.265)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	224.711	-	224.711
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	371.656	266.233	74.024	711.913
TOTAL DO PASSIVO	1.849.016	(4.167)	157.155	2.002.004

iv) Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009:

Reconciliação do PL	Patrimônio líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas 31/12/2009	371.656
Adiantamento para futuro aumento capital	11.994
Baixa de ativos e passivos regulatórios na controlada CEB Distribuição S.A.	(44.505)
Atualização de instrumento de dívida, na coligada Corumbá Concessões S.A.	(50.748)
Ajuste do custo atribuído	295.744
Ajuste dos impostos diferidos do custo atribuído	(100.553)
Realização da avaliação patrimonial por alienação de imóveis	(6.374)
Ajustes no resultado decorrente da equivalência patrimonial	9.988
Reclassificação de participação dos acionistas não controladores	224.711
Saldo após a adoção das novas práticas 31/12/2009	711.913

v) Conciliação da demonstração de resultado do exercício de 2009:

	Publicado 31/12/2009	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado 31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.094.301	-	104.494	1.198.795
Custo com Energia Elétrica	(577.113)	-	15.962	(561.151)
Custo de Operação	(336.349)	153.248	(114.403)	(297.504)
Custo do serviço prestado a terceiros	(55.872)	-	-	(55.872)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	124.967	153.248	6.053	284.268
Despesas Operacionais	5.358	(163.244)	(9.774)	(167.660)
Despesas com vendas	(80)	(47.730)	-	(47.810)
Despesas gerais e administrativas	(8.720)	(117.598)	(117)	(126.435)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	14.158	2.084	(9.857)	6.385
Receitas (Despesas) Financeiras	(77.919)	9.996	19.023	(48.900)
Resultado de Equivalência Patrimonial	22.489	-	(6.466)	16.023
RESULTADO OPERACIONAL	74.895	-	8.836	83.731
LUCRO ANTES DA CSLL E IRPJ	74.895	-	8.836	83.731
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(18.432)	(698)	3.232	(15.898)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	2.659	698	-	3.357
LÚCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	59.122	-	12.068	71.190
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	48.920	-	3.615	52.535
Atribuído aos acionistas não controladores	10.202	-	8.453	18.655

Descrição dos principais ajustes e reclassificações decorrentes da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC e da IFRS nas demonstrações financeiras evidenciadas anteriormente:

- Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual)** - Determinados ativos e passivos regulatórios foram baixados pela Companhia por não atenderem às definições de ativos e passivos em conformidade com o Pronunciamento CPC e as IFRS - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.
- Contratos de concessão - ativo intangível e ativo financeiro indenizável (ICPC 1 e IFRIC 12)** - Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e dos direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos; e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, mensurados ao custo histórico, e que serão reversíveis no final da concessão. Estes ativos são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório antes dos impostos), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3a, a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infra-estrutura utilizada na atividade de distribuição de energia elétrica nas suas datas de aquisição. Assim, foi utilizado o valor contábil para mensurar o ativo intangível e o ativo financeiro indenizável na data de transição (1º de janeiro de 2009).

- Contratos de construção (CPC 17)** - Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.2b.
- Custo atribuído dos bens imóveis - exceto operação (ICPC 10)** - O Grupo optou por utilizar a mensuração do custo atribuído (*deemed cost*) para os bens imóveis classificados no ativo imobilizado, exceto para aqueles vinculados à geração de energia, conforme justificativa descrita na Nota Explicativa 3a.
- Tributos correntes e diferidos (CPC 32/IAS 12)** - A Companhia não registrou os efeitos fiscais dos ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, relacionados aos ajustes entre as práticas contábeis anteriores e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, em razão da justificativa descrita na Nota Explicativa nº 11.
- Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26/IAS 1)**: Este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorrem nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 26, os ativos e passivos fiscais diferidos passaram a ser apresentados integralmente no ativo/passivo não circulante.
- Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (CPC 31/IFRS 05)**: Esse Pronunciamento tem como objetivo estabelecer a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda (colocados à venda) e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas. Nesse caso, este Pronunciamento estabelece os requisitos de classificação e de apresentação para todos os imóveis da Companhia destinados a alienação.
- Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (ICPC 08/IAS 10)**: Esse Pronunciamento prevê que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou Estatuto, ainda não aprovado em assembleia geral, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior os dividendos adicionais ao mínimo estatutário eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo, como uma obrigação corrente.
- Ajuste de atualização de Instrumento de Dívida (CPC 39/IAS 39)**: refere-se à ajuste decorrente da atualização do Instrumento Financeiro de Dívida na coligada Corumbá Concessões S.A. conforme requerido pelo CPC 39/IAS 39. O referido instrumento financeiro foi classificado como passivo não circulante.

Representação das Informações Trimestrais (ITRs) de 2010 e 2009 (Deliberação CVM nº 656/2011)
Até a data de conclusão destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia não concluiu o refinamento das Informações Trimestrais (ITRs) dos trimestres do exercício de 2010 comparadas com os mesmos períodos do exercício de 2009, adaptadas às novas normas contábeis (CPCs e IFRS) e, portanto, nenhuma informação relativa aos respectivos trimestres está sendo divulgada nestas demonstrações financeiras.

4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e para as novas normas contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário.

4.1. Base de consolidação

a) Combinações de negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Não houve aquisições societárias no Grupo após a data de transição da adoção das IFRS.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para as normas das IFRS e CPC, a Companhia optou por não representar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009.

b) Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum ágio ou resultado é reconhecido.

c) Investimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (joint venture) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

d) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as receitas e despesas e as variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos, ou obrigação por passivo a descoberto.

e) Operações controladas em conjunto
Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que auferir da operação conjunta (Nota Explicativa 15).

f) Transações eliminadas na consolidação
Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

4.2. Reconhecimento de Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

• Receita de prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

• Receita de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura,

sendo a receita de serviços registrada à medida que as faturas são emitidas, ou seja, pela competência. Os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa (fornecimento não faturado).

• Receita de construção

A ICPC 01 (IFRIC 12) estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (IAS 18) - Receitas dos serviços de operação - fornecimento de energia elétrica) como componentes separados do mesmo contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é praticamente nula, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após a dedução dos recursos provenientes do ingresso das obrigações especiais.

• Receita de juros

É reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida econômica do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

• Receita de prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

4.3. Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os principais ativos e passivos financeiros não derivativos estão descritos a seguir:

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e os recebíveis relativos a serviços de concessão de distribuição de energia elétrica, sendo estes classificados como recebíveis, pois representam ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em mercado ativo. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustes pelas estimativas de perda ao valor recuperável, quando devida. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios estão próximos do valor justo dos ativos financeiros detidos pela Companhia.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios estão próximos do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

4.4. Transações em moeda estrangeira

A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as definições do Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R1) Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

4.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários em contas correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (vide Nota Explicativa nº 07).

4.6. Contas a receber

A Companhia classifica os valores a receber dos consumidores, dos revendedores, das concessionárias e das permissionárias na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) (vide Nota Explicativa nº 08).

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia e pode ser assim demonstrado:

Consumidores

a) Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;

b) Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;

c) Classe industrial e rural e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

A Companhia exclui do cálculo acima os créditos com entidades e órgãos ligados ao seu controlador, Governo do Distrito Federal (GDF).

4.7. Estoques

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo), classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos (material de depósito), classificados no Ativo Não Circulante - Imobilizado, que estão registrados pelo custo médio de aquisição e que quando exceder os custos de reposição ou valores de realização são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

4.8. Bens destinados a alienação

Os bens destinados a venda são avaliados pelo valor de custo ou valor justo, dos dois o menor.

4.9. Contrato de concessão (ativo intangível de concessão e ativo financeiro indenizável)

Essa interpretação prevê que, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura de concessões (incluindo energia elétrica) não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e do modelo bifurcado.

a) Concessão de distribuição de energia elétrica

Na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo bifurcado em razão de as empresas do segmento serem remuneradas (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Os ativos classificados como financeiros representam a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório antes dos impostos), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Os ativos classificados como intangível representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público. Os ativos intangíveis foram mensurados pelo valor contábil na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e IFRS. Esses ativos foram mensurados com base nas práticas contábeis anteriores à transição e eram mensurados com base nos mesmos critérios do ativo imobilizado descritos abaixo. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados com base no prazo de benefício econômico esperado até o final do prazo da concessão.

b) Concessão de geração de energia elétrica

Na avaliação da Administração da Companhia, em conjunto com consultoria técnica externa, não é aplicável a adoção do ICPC 1 nas concessões relativas à geração de energia.

4.10. Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de eventual provisão para redução ao valor recuperável (impairment). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 17 e considera o tempo de vida útil e valor residual estimado dos bens.

4.11. Intangível

a) Ativos intangíveis vinculados à Concessão: São adquiridos pelo Grupo decorrente do direito para exploração de concessão pública, são mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Esses ativos intangíveis possuem vida útil finita e, portanto, a sua amortização ocorre pelo prazo remanescente do contrato de concessão (item 4.9)

b) Direito de exploração de concessão: refere-se ao direito de exploração da concessão de uso de bem público para exploração do Aproveitamento Hidroelétrico. É constituído pelo valor de aquisição do direito relacionado com o uso do bem público até o final do prazo de concessão e amortizado pelo prazo de concessão.

c) Outros ativos intangíveis: outros ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias que levou a Companhia a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros. A Companhia não possui ágio ou outros ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou intangíveis em desenvolvimento para os quais seriam requeridos testes de recuperação dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. As unidades geradoras de caixa são as atividades de gerenciamento dos negócios da rede de distribuição e geração.

4.13. Provisões

esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações da Companhia não correm riscos adicionais.

i) Risco de Crédito

- Distribuidora – A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a Companhia apresenta níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Na notas explicativas nº 04 estão descrito os critérios e os valores registrados relativos à imparidade da carteira de crédito. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A Distribuidora possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.
- Controladas e Coligadas – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela "A" das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à Companhia riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negatização de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

ii) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB Distribuidora, tem financiamento suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 01, a CEB Distribuição vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

iii) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas Explicativas nº 08 e 22, respectivamente.

Conseqüentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008.

Restou, ainda, a taxa estimada de CDI em 31.12.2011, da ordem de 11,75%. Com o cenário apresentado para a distribuidora, elaborou-se uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta na taxa de CDI em relação a 31 de dezembro de 2010, cenários considerados possível e remoto, respectivamente. A análise para os demais itens patrimoniais não são relevantes.

Messes cenários, possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011 seria de 14,69% e 17,63%, respectivamente. Fica registrado que empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Risco	Base R\$ mil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Alta na taxa do CDI	274.695	306.971	315.047	323.123
Efeito líquido da variação do CDI	-	(32.276)	(40.352)	(48.428)

iv) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB Distribuição está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional, com cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela "A", mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da distribuidora, situa-se entre agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a Companhia não contrata mecanismos de proteção (hedge) das variações cambiais. Observa-se que não há identificado outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações da Companhia.

A Distribuidora desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Para tanto, a Administração estima que o valor de um dólar americano em 31.12.2011 será de R\$ 1,80 (cenário de um ano). Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de dezembro de 2010. Consideraram-se cenários possíveis e remotos a taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2011, da ordem de R\$ 2,25 e R\$ 2,70, respectivamente:

Risco	Base R\$ mil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Alta na taxa de câmbio	99.437	108.476	135.595	162.715
Efeito líquido da variação do câmbio	-	(9.039)	(36.158)	(63.278)

Fonte: IPEA

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas coligadas e controladas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infra-estrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A, CEB Lajeado S/A, CEB Participações S/A e Energética Corumbá III S/A.Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A.;
- Distribuição e comercialização de gás combustível canalizado – tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás combustível canalizado. Atua por intermédio da CEB Gás S/A.
- Holding – tem como atribuição a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no ano de 2010.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 estão incluídas abaixo:

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	Consolidado 2010
Fornecimento de energia elétrica - Faturado	1.678.813	-	-	-	-	1.678.813
Suprimento de energia elétrica	-	13.184	6.476	111.547	(110.006)	21.201
Disponibilização do Sistema de Distribuição	23.239	-	-	-	-	23.239
Receita de Construção	88.401	-	-	-	-	88.401
Outras receitas operacionais	31.963	1.964	-	84.010	-	117.937
RECEITA OPERACIONAL	1.822.416	15.148	6.476	195.557	(110.006)	1.929.591
Impostos	(335.329)	-	(777)	(1.420)	-	(337.526)
Contribuições	(160.345)	(553)	(599)	(18.793)	-	(180.290)
Encargos do Consumidor	(127.065)	(218)	-	(98)	-	(127.381)
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(622.739)	(771)	(1.376)	(20.311)	-	(645.197)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.199.677	14.377	5.100	175.246	(110.006)	1.284.394
Energia Elétrica comprada para Revenda	(636.791)	(592)	-	(882)	110.006	(528.259)
Encargos de uso da rede elétrica	(120.428)	(683)	-	(11.684)	-	(132.795)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(757.219)	(1.275)	-	(12.566)	110.006	(661.054)
Pessoal	(128.492)	(743)	(87)	(4.346)	-	(133.668)
Entidade de Previdência Privada	(5.418)	-	-	-	-	(5.418)
Material	(6.159)	(132)	(4.926)	(1.219)	-	(12.436)
Serviço de Terceiros	(109.318)	(2.316)	(111)	(48.139)	-	(159.884)
Depreciação e Amortização	(37.669)	(454)	(276)	(7.427)	-	(45.826)
Provisões	(13.938)	-	-	(9.387)	-	(23.325)
Custo de Construção	(88.401)	-	-	-	-	(88.401)
Outras	(32.475)	(797)	(316)	(45.031)	-	(78.619)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(421.870)	(4.442)	(5.716)	(115.549)	-	(547.577)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	14.130	(6.209)	7.921
RESULTADO BRUTO	20.588	8.660	(616)	61.261	(6.209)	83.684
Receita Financeira	39.480	756	29	6.374	-	46.639
Despesa Financeira	(81.831)	(17)	-	(8.387)	-	(90.235)
RESULTADO FINANCEIRO	(42.351)	739	29	(2.013)	-	(43.596)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(21.763)	9.399	(587)	59.248	(6.209)	40.088
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.253)	(709)	-	(9.993)	-	(11.955)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(8.516)	-	-	-	-	(8.516)
RESULTADO LÍQUIDO	(31.532)	8.690	(587)	49.255	(6.209)	19.617
Partes Beneficiárias	-	-	-	(3.497)	-	(3.497)
Atribuível aos Acionistas não Controladores	-	-	-	(13.322)	-	(13.322)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(31.532)	8.690	(587)	32.436	(6.209)	2.798

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	Consolidado 2009
Fornecimento de energia elétrica - Faturado	1.477.873	-	-	-	-	1.477.873
Fornecimento de energia elétrica - Não Faturado	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	12.654	5.092	116.839	(105.060)	29.525
Disponibilização do Sistema de Distribuição	20.965	-	-	-	-	20.965
Receita de Construção	118.324	-	-	-	-	118.324
Outras receitas operacionais	48.401	769	-	59.105	-	108.275
RECEITA OPERACIONAL	1.665.563	13.423	5.092	175.944	(105.060)	1.754.962
Impostos	(295.014)	-	(471)	(1.050)	-	(296.535)
Contribuições	(141.093)	(462)	(611)	(16.282)	-	(158.448)
Encargos do Consumidor	(100.947)	(222)	-	(15)	-	(101.184)
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(537.054)	(684)	(1.082)	(17.347)	-	(556.167)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.128.509	12.739	4.010	158.597	(105.060)	1.198.795
Energia Elétrica comprada para Revenda	(561.711)	(1.502)	-	(1.570)	105.060	(459.723)
Encargos de uso da rede elétrica	(89.268)	(650)	-	(11.510)	-	(101.428)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(650.979)	(2.152)	-	(13.080)	105.060	(561.151)
Pessoal	(96.365)	(880)	(86)	(2.873)	-	(100.204)
Entidade de Previdência Privada	(5.460)	-	-	-	-	(5.460)
Material	(6.867)	(82)	-	(382)	-	(7.331)
Serviço de Terceiros	(92.366)	(2.922)	(3.933)	(61.785)	-	(161.006)
Depreciação e Amortização	(30.556)	(466)	(277)	(6.209)	-	(37.508)
Provisões	(23.016)	-	-	911	-	(22.105)
Custo de Construção	(118.324)	-	-	-	-	(118.324)
Outras	(28.258)	(791)	(252)	(39.797)	-	(69.098)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(401.212)	(5.141)	(4.548)	(110.135)	-	(521.036)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	77.892	(61.869)	16.023
RESULTADO BRUTO	76.318	5.446	(538)	113.274	(61.869)	132.631
Receita Financeira	24.405	140	12	4.236	-	28.793
Despesa Financeira	(73.064)	(16)	-	(4.613)	-	(77.693)
RESULTADO FINANCEIRO	(48.659)	124	12	(377)	-	(48.900)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	27.659	5.570	(526)	112.897	(61.869)	83.731
Imposto de Renda e Contribuição Social	(919)	(413)	-	(14.566)	-	(15.898)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.357	-	-	-	-	3.357
RESULTADO LÍQUIDO	30.097	5.157	(526)	98.331	(61.869)	71.190
Partes Beneficiárias	-	-	-	(3.860)	-	(3.860)
Atribuível aos Acionistas não Controladores	-	-	-	(14.795)	-	(14.795)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	30.097	5.157	(526)	79.676	(61.869)	52.535

CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos conta- movimento	81	1.754	134	52.053	26.437	23.740
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.238	2.317	5.613	47.205	33.794	12.503
Total	1.319	4.071	5.747	99.258	60.231	36.243

As aplicações financeiras classificada no circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, com reconpra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

8. CONTAS A RECEBER

A composição dos valores oriundos da atividade de energia elétrica, resulta das rubricas Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Serviços Prestados a Terceiros, Títulos de Crédito a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

a) Composição do contas a receber

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	-	411.910	341.653	335.107
Serviços Prestados a Terceiros	23.636	3.876	5.211	45.466	38.616	43.948
Títulos de Créditos a Receber	-	-	-	26.631	27.254	11.508
Total a Receber	23.636	3.876	5.211	484.007	407.523	390.563
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(67.695)	(66.208)	(54.233)
Subtotal	23.636	3.876	5.211	416.312	341.315	336.330
Total Circulante	23.636	3.709	5.211	305.941	237.954	231.013
Total não Circulante	-	167	-	110.371	103.361	105.317
Total	23.636	3.876	5.211	416.312	341.315	336.330

b) Valores a receber por idade de vencimento (consolidado)

Descrição	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31.12.2010	Total 31.12.2009	Total 01.01.2009
Classes de Consumidores						
Residencial	24.389	22.799	27.254	74.442	73.550	65.091
Industrial	2.363	984	2.767	6.114	5.708	4.191
Comércio, Serviços e Outros	13.589	11.169	35.571	60.329	62.155	54.214
Rural	770	1.372	5.319	7.461	7.482	6.051
Poder Público	7.543	2.548	78.671	88.762	83.847	85.340
Iluminação Pública	5.321	15.727	33.440	54.488	33.415	33.632
Serviço Público	6.228	8	4.940	11.176	9.378	8.986
Subtotal Consumidores	60.203	54.607	187.962	302.772	275.535	257.505
Serviço Taxado	357	320	629	1.306	1.343	1.542
Concessionárias e Permissionárias	3.690	922	2.008	6.620	7.388	6.037
Serviços Prestados a Terceiros (a)	23.636	-	-	23.636	3.709	5.211
Títulos de Créditos a Receber	829	-	-	829	976	1.200
Fornecimento Não Faturado	86.891	-				

b) Ativos fiscais não contabilizados

Os valores constantes no consolidado são somente da controladora e da controlada CEB Distribuição S/A., conforme demonstramos a base tributária:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Diferenças temporárias						
Provisão Contingências Cíveis	-	-	-	1.688	1.827	980
Provisão Contingências Trabalhistas	-	-	2	3.711	6.198	4.699
Provisão Contingências Cíveis - ANEEL				17.600	8.041	4.840
Provisões Fiscais	3.356	461	768	3.356	461	768
Provisão contrato de arrecadação	-	-	-	-	330	45
Provisão Energia Livre	-	-	-	-	1.103	-
Provisão Devedores Duvidosos	-	-	-	6.070	5.564	1.493
	3.356	461	770	32.425	23.524	12.825
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	36.139	38.375	39.700	40.058	38.375	39.700
Base de cálculo para IR e CSLL	39.495	38.836	40.470	72.483	61.899	52.525
Créditos fiscais não reconhecidos	9.850	9.685	10.093	18.097	15.451	13.107

12. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Consolidado	Vencimento	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Aplicação Financeira (a)	2019	7.699	6.622	6.436
Fundos Vinculados a Empréstimo e Financiamento (b)	2023	1.586	1.601	-
Total		9.285	8.223	6.436

- a) A Controlada CEB Participações participa com 4,7% do Fundo de Investimento em Participação - FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:
- O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM no 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;
 - Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;
 - O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
 - Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do fundo;
 - Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforma cláusula contratual.

A Companhia tem interesse em manter o investimento até o seu resgate, que ocorrerá em 2019 e possui capacidade financeira para manter este instrumento financeiro até o vencimento. De acordo com o regulamento do FIP, a responsabilidade da Companhia está limitada as suas cotas.

- b) Refere-se à aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de dezembro de 2.023).

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras on-line efetuadas pelas instituições financeiras nas contas correntes da CEB Distribuição S.A., em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil, além das Cauções referentes a licitações de energia. Parcela dos saldos registrados nas rubricas de Bloqueios Judiciais e Depósitos Recursais, no montante de R\$ 7,4 milhões em 31.12.2010 (14,6 milhões em 31.12.2009), encontra-se em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios.

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Bloqueios Judiciais Contingências Trabalhistas e Cíveis	5	5	10	6.286	13.458	11.203
Cauções	-	-	-	3.582	1.213	1.272
Depósitos recursais	-	-	-	1.277	5.328	5.262
Total	5	5	10	11.145	19.999	17.737

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

a) Contrato de Concessão
O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador), regulamenta a exploração e distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para a prestação de serviço público, em relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da infraestrutura nas mesmas condições em que recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcela A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Imobilizado	Intangível	Ativo Indenizável (concessão)
Saldos originais publicados em 1º de janeiro de 2009	567.921	2.888	-
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com o ICPC 01 e OCPC 05	(488.903)	313.738	175.165
Saldos representados em 1º de janeiro de 2009	79.018	316.626	175.165

b) Movimentação do ativo indenizável

Saldo em 1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	
175.165		
Adições	66.081	(2.089)
Baixa por alienação de ativos	(2.089)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	239.157	
Adições	104.603	(22)
Baixa por alienação de ativos	(22)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	343.738	

15. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Avaliados por equivalência patrimonial	569.292	597.093	279.454	275.020	270.821	273.636
Outros	1.718	1.318	1.054	10.099	9.699	9.435
	571.010	598.411	280.508	285.119	280.520	283.071

b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

- Composição dos investimentos

Descrição	CONTROLADORA		PARTICIPAÇÃO		Número de Ações detidas pela CEB	Valor Contábil
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)		
CEB Distribuição S/A	350.432	260.456	100,00	100,00	350.532.450	260.456
CEB Geração S/A	7.575	13.172	100,00	100,00	7.575.212	13.172
CEB Participações S/A	41.271	51.414	100,00	100,00	41.270.415	51.414
CEB Lajeado S/A (a)	145.656	333.782	59,93	59,93	82.013.911	110.950
Companhia Brasileira de Gás S/A	4.271	2.510	17,00	51,00	30.600	427
Corumbá Concessões S/A (b)	375.453	225.673	36,95	9,30	256.009.911	86.612
Energética Corumbá III S/A (c)	121.586	101.808	37,50	25,00	45.594.783	46.261
					TOTAL	569.292
Descrição	CONSOLIDADO		PARTICIPAÇÃO		Número de Ações detidas pela CEB	Valor Contábil
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)		
Corumbá Concessões S/A (b)	375.453	225.673	36,95	9,30	256.009.911	86.612
Investco	804.459	1.021.358	16,98	20,00	652.842.675	173.426
Consórcio CEMIG-CEB (Queimado)	124.235	124.235	17,50	-	-	6.899
Energética Corumbá III S/A (c)	97.408	101.808	37,50	25,00	45.594.783	8.083
					TOTAL	275.020

(a) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 7.006 da Reserva de Investimento da Controlada que por força de acordo de Acionista é integralmente da CEB, independentemente do percentual de participação de cada acionista;

(b) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 3.232 referente à Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

(c) O valor contábil do investimento na Energética Corumbá III S/A não corresponde ao percentual de participação no capital social devido a existência de subscrição de capital efetuada por outros sócios ainda não integralizada.

Descrição	CONTROLADORA		PARTICIPAÇÃO		Número de Ações detidas pela CEB	Valor Contábil
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)		
CEB Distribuição S/A	350.532	291.987	100,00	100,00	350.532.450	291.987
CEB Geração S/A	7.575	10.219	100,00	100,00	7.575.212	10.219
CEB Participações S/A	41.271	49.071	100,00	100,00	41.270.415	49.072
CEB Lajeado S/A (a)	145.656	333.782	59,93	59,93	82.013.911	111.228
Companhia Brasileira de Gás S/A	3.771	2.597	17,00	51,00	30.600	442
Corumbá Concessões S/A (b)	375.453	237.277	36,95	9,30	256.009.911	90.908
Energética Corumbá III S/A (c)	97.113	97.066	37,50	25,00	45.594.783	43.237
					TOTAL	597.093
Descrição	CONSOLIDADO		PARTICIPAÇÃO		Número de Ações detidas pela CEB	Valor Contábil
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)		
Corumbá Concessões S/A (b)	375.453	237.277	36,95	9,30	256.009.911	90.908
Investco	804.459	983.073	16,95	20,00	133.320.175	166.729
Consórcio CEMIG-CEB (Queimado)	127.170	127.170	17,50	-	-	6.839
Energética Corumbá III S/A (c)	97.113	97.066	37,50	25,00	45.594.783	6.345
					TOTAL	270.821

(a) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 7.006 da Reserva de Investimento da Controlada que por força de acordo de Acionista é integralmente da CEB, independentemente do percentual de participação de cada acionista;

(b) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 3.232 referente à Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

(c) O valor contábil do investimento na Energética Corumbá III S/A não corresponde ao percentual de participação no capital social devido a existência de subscrição de capital efetuada por outros sócios ainda não integralizada.

Descrição	CONTROLADORA		PARTICIPAÇÃO		Número de Ações detidas pela CEB	Valor Contábil
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)		
CEB Distribuição S/A (a)	350.532	(33.091)	100,00	100,00	350.532.450	-
CEB Geração S/A	7.575	6.765	100,00	100,00	7.575.212	6.766
CEB Participações S/A	41.258	50.678	100,00	100,00	41.258.384	47.958
CEB Lajeado S/A (b)	145.656	324.616	59,93	59,93	82.013.911	105.910
Companhia Brasileira de Gás S/A	3.371	5.470	17,00	51,00	30.600	463
Corumbá Concessões S/A (c)	375.453	241.796	36,95	9,30	256.009.911	92.575
Energética Corumbá III S/A (d)	61.439	61.439	37,50	25,00	21.491.379	25.782
					TOTAL	279.454

Descrição	CONSOLIDADO		PARTICIPAÇÃO		Número de Ações detidas pela CEB	Valor Contábil
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)		
Corumbá Concessões S/A (c)	375.453	241.796	36,95	9,30	256.009.911	92.575
Investco	730.849	925.455	16,89	20,00	122.251.897	173.404
Consórcio CEMIG-CEB (Queimado)	134.702	134.702	17,50	-	-	5.027
Energética Corumbá III S/A (d)	61.439	61.439	37,50	25,00	21.491.379	2.630
					TOTAL	273.636

(a) Em função do patrimônio líquido negativo da controlada CEB Distribuição S/A, foi constituída pela Companhia uma obrigação no valor de R\$ 33.091 no passivo circulante.

(b) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 7.006 da Reserva de Investimento da Controlada que por força de acordo de Acionista é integralmente da CEB, independentemente do percentual de participação de cada acionista;

(c) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 3.232 referente à Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

(d) O valor contábil do investimento na Energética Corumbá III S/A não corresponde ao percentual de participação no capital social devido a existência de subscrição de capital efetuada por outros sócios ainda não integralizada.

- Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

31 de dezembro de 2010

Descrição	Resultado da Empresa no Período	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas
CEB Distribuição S/A	(31.532)	(31.532)
CEB Geração S/A	8.690	8.690
CEB Participações S/A	9.271	9.271
CEB Lajeado S/A	34.968	17.663
Companhia Brasileira de Gás S/A	(587)	(100)
Corumbá Concessões S/A	(11.604)	(4.287)
Energética Corumbá III S/A	5.913	2.217
Total	15.119	1.922

31 de dezembro de 2009

Descrição	Resultado da Empresa no Período	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas
CEB Distribuição S/A	30.097	30.952
CEB Geração S/A	5.157	5.846
CEB Participações S/A	7.217	7.217
CEB Lajeado S/A	38.597	19.503
Companhia Brasileira de Gás S/A	(526)	(89)
Corumbá Concessões S/A	505	704
Energética Corumbá III S/A	(47)	(18)
Total	81.000	64.115

- Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

CONTROLADORA	01/01/2009	31/12/2009	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Outros	Resultado de equivalência	31/12/2010
CEB Distribuição S/A	(33.091)	291.987	-	-	-	1	(31.532)	260.456
CEB Geração S/A	6.766	10.219	-	(2.392)	(3.345)	-	8.690	13.172
CEB Participações S/A	47.958	49.072	-	(4.917)	(2.011)	(1)	9.271	51.414
CEB Lajeado S/A	105.910	111.228	-	(13.761)	(4.180)	-	17.663	110.950
Companhia Brasileira de Gás S/A	463	442	85	-	-	-	(100)	427
Corumbá Concessões S/A	92.575	90.908	-					

Descrição	Controladora				Taxas Anuais	
	31/12/2010 Custo	31/12/2010 Depreciação	31/12/2010 Valor Líquido	31/12/2009 Valor Líquido	01/01/2009 Valor Líquido	de Depreciações (%)
Imobilizado em Serviço						
Terrenos	10.280		10.280	9.060	10.474	
Máquinas e Equipamentos	475	(104)	371	297	166	3,3 a 6,7
Veículos	97	(97)	0	-	-	20
Móveis e Utensílios	148	(25)	123	135	94	10
Outros	7		7	7	7	
Subtotal	11.007	(226)	10.781	9.499	10.741	
Imobilizado em Curso	1.098	-	1.098	663	-	
Total	12.105	(226)	11.879	10.162	10.741	

Descrição	Consolidado				Taxas Anuais	
	31/12/2010 Custo	31/12/2010 Depreciação	31/12/2010 Valor Líquido	31/12/2009 Valor Líquido	01/01/2009 Valor Líquido	de Depreciações (%)
Imobilizado em Serviço						
Terrenos	10.298		10.298	9.257	11.568	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	93.103	1.851	91.252	96.981	92.552	2,0 a 7,7
Edificações	12.118	6.914	5.204	3.882	4.184	2,0 a 4,0
Máquinas e Equipamentos	38.528	27.322	11.206	8.863	8.308	3,3 a 6,7
Veículos	7.829	7.156	673	1.087	1.547	20
Móveis e Utensílios	3.454	2.360	1.094	1.250	1.381	10
Outros	7		7	7	7	
Subtotal	165.337	(45.603)	119.734	122.327	119.547	
Imobilizado em Curso	77.627	-	77.627	74.640	68.991	
Total	242.964	(45.603)	197.361	196.967	188.538	

b) Movimentação

	Consolidado			
	Saldos em 01/01/2009	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2009
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO				
Custo				
Terrenos		11.568	(2.311)	9.257
Reservatório, barragens e adutoras		94.067	3.934	(70)
Edificações		10.306	1.112	(1.062)
Máquinas e equipamentos		35.143	3.657	(3.252)
Veículos		8.457	21	(673)
Móveis e utensílios		3.540	135	(157)
Outros		7	-	-
Total da Imobilização em Serviço - Custo		163.088	8.859	(7.525)
(-) Depreciação				
Reservatório, barragens e adutoras		(1.515)	(75)	640
Edificações		(6.122)	(550)	207
Máquinas e equipamentos		(26.835)	(1.450)	2.600
Veículos		(6.910)	(473)	665
Móveis e utensílios		(2.159)	(232)	123
Total da Imobilização em Serviço - Depreciação		(43.541)	(2.789)	4.235
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Terrenos		-	267	267
Edificações		83	1.727	(83)
Máquinas e equipamentos		1.173	5.841	(737)
Veículos		167	3.882	(3.845)
Móveis e utensílios		66.442	44.160	(44.893)
Estudos de Projetos		1.126	30	(500)
Total da Imobilização em Curso		68.991	55.707	(50.058)
TOTAL DO IMOBILIZADO		188.538	61.777	(53.348)

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2010
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO				
Custo				
Terrenos		9.257	1220	(179)
Reservatório, barragens e adutoras		97.931	4.828	(4.828)
Edificações		10.356	1.762	-
Máquinas e equipamentos		35.548	4.230	(1.250)
Veículos		7.805	40	(16)
Móveis e utensílios		3.518	38	(102)
Outros		7	-	-
Total da Imobilização em Serviço - Custo		164.422	7.290	(6.375)
(-) Depreciação				
Reservatório, barragens e adutoras		(950)	(901)	(1.851)
Edificações		(6.474)	(440)	(6.914)
Máquinas e equipamentos		(25.685)	(2.071)	434
Veículos		(6.718)	(438)	-
Móveis e utensílios		(2.268)	(195)	103
Total da Imobilização em Serviço - Depreciação		(42.095)	(4.045)	537
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Terrenos		267	648	915
Edificações, obras civis e benéficas		1.727	1.093	2.820
Máquinas e equipamentos		6.277	1.171	(9)
Móveis e utensílios		4	-	-
Material em Depósito		65.709	27.798	(27.302)
Estudos de Projetos		656	214	(626)
Total da Imobilização em Curso		74.640	30.924	(27.937)
TOTAL DO IMOBILIZADO		196.967	34.169	(33.775)

c) Custo atribuído (Deemed Cost)
O Grupo optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1 de janeiro de 2009. Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual. Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foi:

	Controladora	Consolidado
Terrenos		
Saldo em 31 de dezembro de 2008		1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 01 de janeiro de 2009	297.186	297.186

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas datados de 31/03/2009 e 31/03/2011 foi aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Grupo conforme requerido pelo estatuto social.

18. INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível

	Custo Histórico	Amortização Acumulada(*)	Valor Líquido 31.12.2010	Valor Líquido 31.12.2009	Valor Líquido 01.01.2009
a) Intangíveis direito de uso da concessão					
Direito de uso da Concessão	228.664	(61.148)	167.516	171.572	180.942
Em serviço	228.664	(61.148)	167.516	171.572	180.942
Direito de uso da Concessão	77.182		77.182	153.242	132.796
Em curso	77.182	-	77.182	153.242	132.796
Total do direito de uso da concessão	305.846	(61.148)	244.698	324.814	313.738
b) Outros Intangíveis					
Em Serviço	47.684	(35.588)	12.096	2.532	3.431
Em Curso	1.697	-	1.698	4.554	1.950
Direito de Exploração de Concessão(**)	158.946	(29.434)	129.512	135.399	141.284
Total dos Intangíveis	514.173	(126.170)	388.004	467.299	460.403

(*) A Administração da Companhia entende que a amortização do intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

(**) A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que gerou decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Instrumento este que estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452 mil, que também representa 20% da dívida da Investco para com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2.032, que representa o fim da concessão.

b) Movimentação do Intangível

	Direito de uso da concessão		Outros intangíveis		Total
	Em serviço	Em curso	Em serviço	Em curso	
Ativo intangível em 01/01/2009	180.942	132.796	3.431	1.950	141.284
Adições	22.715	118.323	265	2.642	143.945
Baixas	(1.209)	(97.201)	(38)	(38)	(98.448)
Amortização	(27.820)	-	(1.164)	-	(5.885)
Obrigações Especiais	(3.056)	(676)	-	-	(3.732)
Ativo intangível em 31/12/2009	171.572	153.242	2.532	4.554	135.399
Adições	32.886	88.401	12.271	9.212	142.770
Baixas	(154)	(165.315)	-	(12.068)	(177.537)
Amortização	(33.327)	-	(2.707)	-	(5.887)
Obrigações Especiais	(3.461)	854	-	-	(2.607)
Ativo intangível em 31/12/2010	167.516	77.182	12.096	1.698	129.512

19. FORNECEDORES

A composição do saldo da conta "Fornecedores" é a seguinte:

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	12.417	12.346	8.616
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	-	67.394	58.161	54.482
Furnas - Repactuação de Dívidas (*)	-	-	-	-	-	217.519
Materiais e Serviços	9.669	10.106	4.293	63.176	49.140	86.107
Total do Circulante	9.669	10.106	4.293	142.987	119.647	366.724
Total Geral	9.669	10.106	4.293	142.987	119.647	366.724

(*) Refere a uma dívida da CEB Distribuição com o Furnas. Em 2009, a Distribuição obteve financiamento com a Caixa Econômica Federal para liquidação desta dívida com Furnas relativa a suprimento de energia, com o propósito de reduzir custos financeiros, assumindo nova dívida com encargos mais atrativos.

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

a) Obrigações Tributárias

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ICMS	1	2	2	76.584	30.929	25.236
ISS	281	55	42	1.640	744	1.324
IRPJ	3.638	7.676	262	5.879	8.044	2.765
Retenções IRRF/CSLL/COFINS	-	612	471	1.971	2.017	4.251
COFINS	1.662	264	93	7.012	5.608	2.550
PIS	360	14	16	1.586	1.176	592
CSLL	1.318	2.763	254	2.026	2.926	1.496
Outros	621	105	100	4.240	3.927	3.857
Total Circulante	7.881	11.491	1.240	100.938	54.771	42.071
Total Não Circulante	-	-	-	1.369	983	869

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S/A, CEB Lajeado S/A e o lucro real anual com antecipações mensais. Nos anos de 2010 e 2009 as antecipações ocorridas no ano foram superiores ao apurado no ajuste anual, gerando assim crédito nos respectivos anos.

	Controladora			
	2010	2009	2009	CSLL
Lucro antes dos tributos	4.715	4.715	58.683	58.683
Ajuste RTT	-	-	-	-
Adições(exclusões)permanentes	85	85	(33.210)	(33.210)
Adições(exclusões)temporárias	3.356	3.356	461	461
Total	8.156	8.156	25.934	25.934
(-)Compensação prejuízo fiscal	(2.447)	(2.447)	(7.780)	(7.780)
Base de cálculo	5.709	5.709	18.154	18.154
Alíquota aplicável*	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.403	514	4.514	1.634
Opção de tributação - Lucro Presumido	-	-	-	-
Total	1.403	514	4.514	1.634

*15% e 10% adicional

	Consolidado			
	2010	2009	2009	CSLL
Lucro antes dos tributos	9.219	9.219	116.979	116.979
Ajuste RTT	(18.367)	(18.367)	(9.251)	(9.251)
Adições(exclusões)permanentes	22.288	22.288	(45.727)	(45.727)
Adições(exclusões)temporárias	20.328	20.328	(10.177)	(10.177)
Total	33.468	33.468	51.824	51.824
(-)Compensação prejuízo fiscal	(4.057)	(4.057)	(8.150)	(8.150)
Base de cálculo	29.411	29.411	43.674	43.674
Alíquota aplicável*	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	7.280	2.647	10.846	3.931
Opção de tributação - Lucro Presumido	1.305	723	729	392
Reversão/Constituição de ativos fiscais diferidos	6.255			

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS FISCAIS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

a) Quadro demonstrativo da composição das provisões:

Provisões	Controladora		Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Trabalhistas	30	-	-	4.930	13.539	10.125
Cíveis	298	-	-	8.446	15.017	16.157
Regulatórias/Fiscais	9.612	1.427	2.338	61.447	25.148	16.833
	9.940	1.427	2.338	74.823	53.704	43.115
Total Circulante	9.940	1.427	2.338	20.547	18.477	2.338
Total Não Circulante	-	-	-	54.276	35.227	40.777

b) Quadro demonstrativo da movimentação das provisões:

Descrição	CONTROLADORA			Consolidado			
	Saldo em 01.01.2009	Constituição	Baixa/Reversão	Saldo em 31.12.2009	Constituição	Baixa/Reversão	Saldo em 31.12.2010
Trabalhistas	-	-	-	30	-	-	30
Cíveis	-	-	-	298	-	-	298
Fiscais	2.338	-	(911)	1.427	9.413	(1.228)	9.612
TOTAL	2.338	-	(911)	1.427	9.741	(1.228)	9.940

No exercício de 2010 foi constituída provisão no montante de R\$ 9.940, relativo a processos administrativos de natureza fiscal junto à Receita Federal do Brasil baseada na mudança de opinião dos procuradores jurídicos, que acreditam na chance de um desfecho desfavorável para a Companhia.

As provisões estão relacionadas a indeferimento ou deferimento parcial de Pedidos de Compensação utilizando créditos de saldo negativo de IRPJ e pagamentos indevidos ou a maior de Cofins. Os recursos atualmente encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e na Divisão de Orientação e Análise Tributária.

Caso tais litígios sejam julgados procedentes em última instância, a Companhia poderá fazer desembolsos.

Descrição	CONSOLIDADO			Consolidado			Consolidado		
	Saldo em 01.01.2009	Constituição	Baixa/Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2009	Constituição	Baixa/Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2010
Trabalhistas	10.125	2.403	(3.344)	4.355	13.539	680	(10.766)	1.477	4.930
Cíveis	16.157	1.256	(4.364)	1.968	15.017	2.903	(10.318)	844	8.446
Regulatórias	16.833	10.007	(5.176)	3.484	25.148	40.744	(8.881)	4.436	61.447
TOTAL	43.115	13.666	(12.884)	9.807	53.704	44.327	(29.965)	6.756	74.823

c) Breve históricos das contingências:

c.1) Demandas Trabalhistas

Os principais pedidos do objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das provisões trabalhistas é com base na Taxa Referencial – TR.

c.2) Demandas Cíveis

A maioria das causas cíveis são relacionadas a pleitos de danos materiais e morais além de discursões quanto a relação de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das provisões cíveis é com base no INPC.

c.3) Demandas Regulatórias

As principais provisões regulatórias são decorrentes das multas interpostas pela ANEEL no processo de fiscalização sendo que a Companhia ajuizou ações na Justiça Federal contra as respectivas multas. As principais provisões regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraiados pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e relativas à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

c.4) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP, CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

c.5) Contingências trabalhistas e cíveis – risco possível

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos, é de R\$ 1.329 em 2010 e R\$ 1.122 mil em 2009.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

c.6) Outras Contingências

A coligada Corumbá Concessões foi notificada em dezembro de 2006 pela acionista Serveng Civilsan S.A a respeito de um pleito para ressarcimento por perdas e danos originado da execução de um contrato de obra, cuja valor é de R\$ 122.601. Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras não foram identificadas evidências objetivas quanto à procedência do mérito do pleito bem como quanto aos valores envolvidos. A administração, com base nas normas para registro de provisões e passivos contingentes, contidas no CPC 25 e IAS 37, entende que o referido pleito não é uma obrigação ou uma contingência cuja probabilidade de desembolso de caixa seja provável. Como consequência, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

24. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Descrição	2010	2009	01/01/09
Plano de previdência (a.1)	118.213	128.205	134.089
Plano de assistência (a.2)	109.699	97.048	115.915
Programa de demissão voluntária (b)	43.359	58.299	75.588
	271.271	283.552	325.592
Total circulante	55.614	99.406	97.309
Total não circulante	215.657	184.146	228.283

a) Planos de benefícios

A Companhia é patrocinadora da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo complementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

a.1) Planos de aposentadoria e pensão

Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB - Plano instituído na modalidade de benefício definido. Podem participar deste plano os funcionários da Companhia que foram admitidos até 31 de dezembro de 2005, estando fechado para novas adesões. Os participantes ativos contribuem de acordo com a tabela abaixo, e o patrocinador contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes ativos, além da contribuição extraordinária relativa ao Contrato de Dívida nº 083/2001 PRJU/CEB. Não há contribuição paritária da Patrocinadora para participantes inativos, mas estes também contribuem de acordo com a tabela abaixo, e sobre o valor dos benefícios recebidos:

Faixas	Base para cálculo	Taxa
Primeira	Sobre o salário de participação menor que o valor de 1/2 TETO do INSS	3,00%
Segunda	Sobre a diferença entre o salário de participação e o valor de 1/2 TETO do INSS	5,00%
Terceira	Sobre a diferença entre o salário de participação e o valor do TETO do INSS	12,00%

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais.

O plano conta com 1.728 participantes, sendo 617 ativos e 871 assistidos em 31 de dezembro de 2010 (1.696, 638 e 231, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009).

Plano de Benefícios CEBPREV - Plano instituído na modalidade de contribuição definida. Participam deste plano os funcionários da Companhia, especialmente os admitidos a partir de 1º de janeiro de 2006. O plano encontra-se ativo para novas adesões. Os participantes ativos contribuem com valor de 5% sobre o Salário de Participação, além do percentual para custeio administrativo, que atualmente corresponde a 10% da contribuição básica. A Patrocinadora contribui paritariamente à contribuição básica e administrativa de seus empregados. Os participantes assistidos contribuem para custear as despesas administrativas seguindo o mesmo critério dos empregados, sem paridade contributiva da Patrocinadora de origem.

No plano de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da patrocinadora. Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

a.2) Planos de assistência médica

Plano Assistencial - O plano é administrado pela FACEB na modalidade de autogestão, custeado pelos funcionários titulares e pela patrocinadora, pelo método de rateio. Os beneficiários deste plano são empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) da CEB Distribuição S.A. e seus respectivos dependentes, tendo ainda o direito à remissão, ou seja, o cônjuge ou companheiro, após o falecimento do titular, possui direito à assistência à saúde sem verter contribuições ao plano.

Visto que as contribuições devidas pela Companhia, no caso do plano assistencial, permanecem após a aposentadoria do empregado, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Além disso, a Companhia também é responsável pela manutenção do equilíbrio financeiro do plano para determinados grupos de associados. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definidos.

Plano CEB Saúde - É um plano coletivo por adesão que atende ao Plano de Referência previsto nos arts. 1º e 12 da Lei nº 9.656/98 e na Resolução CONSU nº 10, de 3 de novembro de 1998, instituído em favor dos empregados e familiares da CEB. Este plano é destinado aos empregados e dirigentes de qualquer uma das empresas pertencentes ao grupo CEB, abrangendo todos os contratados a eles vinculados, a partir de 12 de janeiro de 2006, desde que sejam participantes ativos do Plano de Benefícios CEBPREV.

Conforme Regulamento do Plano, este não prevê beneficiários de ex-empregados (aposentados) e pensionistas. Assim, à luz da Deliberação CVM 600/09, a Patrocinadora não possui obrigações a serem contabilizadas para este plano.

a.3) Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada "suplementar", pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de dezembro de 2010:

Contrato 083/2001	Total	Circulante	Não circulante
Passivo contratual em 01/01/2009	134.089	69.616	64.473
Amortização no exercício	(26.031)	(26.031)	-
Atualizações no exercício	14.211	7.899	6.312
Transferências para o circulante	-	24.327	(24.327)
Passivo contratual em 31/12/2009	122.269	75.811	46.458
Amortização no exercício	(21.624)	(21.624)	-
Atualizações no exercício	13.553	5.313	8.240
Transferências para o não circulante	-	(33.841)	33.841
Passivo contratual em 31/12/2010	114.198	25.659	88.539

a.4) Avaliações Atuariais

Valor presente das obrigações atuariais	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	Exercício 2010	Exercício 2009	Exercício 2010	Exercício 2009
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(766.552)	(705.240)	(179.765)	(130.277)
Custo do serviço corrente	(53.088)	(61.133)	(3.494)	(3.176)
Custo de juros	(11.726)	(11.758)	(17.227)	(14.721)
Ganhos/(Perdas) atuariais	9.937	(19.310)	(839)	(56.613)
Benefícios pagos pelo plano	38.283	30.890	18.788	25.022
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(783.147)	(766.552)	(182.537)	(179.765)

Valor justo dos ativos do plano	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	Exercício 2010	Exercício 2009	Exercício 2010	Exercício 2009
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	554.320	578.808	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	57.721	58.229	-	-
Ganhos/(Perdas) Atuariais	80.995	(87.438)	-	-
Contribuições do empregador	25.891	30.692	18.788	25.022
Contribuições de participantes do plano	5.246	4.919	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(38.283)	(30.890)	(18.788)	(25.022)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	685.890	554.320	-	-

Valores reconhecidos no Balanço Patrimonial	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Valor presente da obrigação atuarial	97.257	212.232	182.537	179.765
Montante não reconhecido como ativo/(passivo)(*)	(48.628)	(89.190)	-	-
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	69.584	5.161	(72.837)	(82.717)
(Passivo) / Ativo atuarial líquido reconhecido no final do exercício	118.212	128.204	109.699	97.048
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço (Passivo)/ATIVO reconhecido no início do exercício	(128.204)	(153.358)	(97.048)	(104.173)
Pagamentos para o plano líquido de administração	25.891	30.691	18.788	25.022
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.900)	(5.536)	(31.439)	(17.897)
(Passivo)/ATIVO reconhecido no final do exercício	(118.212)	(128.204)	(109.699)	(97.048)

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo a ser registrado, está assim contabilizada:

	2010	2009
Contribuições para o plano	4.015	5.936
Contrato de dívida (a.3)	114.198	122.269
Total	118.213	128.205

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equipamento de Déficit (vide letra a.2) pactuado entre a Companhia e a FACEB. Dessa forma, o resultado da avaliação atuarial de 2010 e 2009 não revelou a necessidade de constituição adicional de provisão.

Valores reconhecidos na DRE	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Custo do serviço correte	(11.726)	(11.758)	(3.494)	(3.176)
Contribuições dos participantes	5.245	4.919	-	-
Custo dos juros	(53.088)	(61.133)	(17.227)	(14.721)
Retorno esperado dos ativos do plano	57.721	58.229	-	-
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais	-	-	(10.718)	-
Efeito do limite	(14.051)	-	-	-
Total da (despesa)/receita a reconhecer	(15.900)	(5.536)	(31.439)	(17.897)
Administração do Plano	(2.876)	-	-	-
Total da (despesa)/receita no exercício	(18.776)	(5.536)	(31.439)	(17.897)

Composição dos ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Renda Fixa	81,63%	83,07%	N/A	N/A
Renda Variável	10,99%	9,06%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	3,40%	3,58%	N/A	N/A
Investimentos imobiliários	0,61%	0,70%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	3,37%	3,59%	N/A	N/A
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

Comparativo evidenciando o retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	Exercício 2010	Exercício 2009	Exercício 2010	Exercício 2009
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,11%	10,11%	N/A	N/A
Retorno real anual dos ativos do plano	10,36%	10,36%	N/A	N/A

a.5) Premissas atuariais

Premissas atuariais adotadas	Previdência e Saúde	
	2010	2009
Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,36%	10,36%
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,36%	10,36%
Expectativa de inflação para o exercício, anual	4,11%	4,11%
Taxa real de crescimento salarial	5,15%	5,15%
Taxas de crescimento dos custos médicos	4,11%	4,11%
Taxa real de crescimento dos custos de saúde - HCTR	5,68%	5,68%
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Capacidade real dos salários e dos benefícios	100,00%	100,00%
Aumentos futuros dos benefícios	4,11%	4,11%
Tábuas biométricas:		
Mortalidade geral	AT 83	AT 83M e AT83F
Entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Mortalidade de inválidos		

	2010	2009
Lucro (prejuízo) do exercício	2.798	52.535
Número médio ponderado de ações ordinárias	9.184	9.184
Resultado por ação	0,3047	5,7206

A Companhia, em 2009 e 2010, não emitiu nenhum instrumento conversível em ação. Assim, não está sendo apresentado o lucro/prejuízo diluído por ação.

26. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

a) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	1.678.813	1.477.873
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	31.552	29.525
Energia de Curto Prazo	-	-	14.871	8.069
Disponibilização do Sistema de Distribuição	-	-	23.239	20.965
Superávit da Baixa Renda	-	-	-	20.794
Receita de Construção	-	-	88.401	118.324
Receita de Prestação de Serviços	70.854	55.024	71.316	55.672
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	14.739	13.554
Outras Receitas Operacionais	-	-	6.660	10.186
Receita Operacional	70.854	55.024	1.929.591	1.754.962
Impostos	(1.420)	(1.050)	(337.526)	(296.535)
Contribuições	(7.354)	(5.900)	(180.290)	(158.448)
Encargos do Consumidor	-	-	(127.381)	(101.184)
Deduções da Receita	(8.774)	(6.950)	(645.197)	(556.167)
Total	62.080	48.074	1.284.394	1.198.795

b) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Custo do Serviço de Energia Elétrica				
Custo com Energia Elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(509.855)	(449.552)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	-	-	(18.404)	(10.171)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(132.795)	(101.428)
Subtotal	-	-	(661.054)	(561.151)
Custo de Operação				
Pessoal e Administradores	-	-	(56.799)	(47.278)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(2.438)	(2.457)
Material	-	-	(3.246)	(4.278)
Serviço de Terceiros	-	-	(38.825)	(42.260)
Custo de Construção - concessão	-	-	(88.401)	(118.324)
Depreciação e Amortização	-	-	(43.263)	(28.609)
Arrendamento	-	-	(38.932)	(39.930)
Utilização do Bem Público	-	-	(230)	(56)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	-	-	(5.030)	(4.629)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	-	-	(2.546)	(2.764)
Outros custos	-	-	(481)	(6.919)
Subtotal	-	-	(280.191)	(297.504)
Custo dos Serviços Prestados				
Material	-	(258)	(283)	(258)
Serviço de Terceiros	(967)	(51.760)	(5.960)	(55.612)
Outros custos	(37.880)	(2)	(41.073)	(2)
Subtotal	(38.847)	(52.020)	(47.316)	(55.872)
Total	(38.847)	(52.020)	(988.561)	(914.527)

c) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Pessoal e Administradores	-	-	(10.849)	(8.169)
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-
Material	-	-	(564)	(60)
Serviço de Terceiros	-	-	(41.363)	(27.343)
Propaganda e Publicidade	-	-	(1.484)	-
Depreciação e Amortização	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	-	-	(1.487)	(11.975)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-
Outras provisões(reversões)	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	(7.195)	(263)
Total Vendas	-	-	(62.942)	(47.810)
Pessoal e Administradores	(2.227)	(938)	(65.737)	(44.757)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(2.980)	(3.003)
Material	(210)	(87)	(2.666)	(2.735)
Serviço de Terceiros	(6.230)	(5.809)	(38.623)	(35.791)
Propaganda e Publicidade	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	(53)	(43)	(2.563)	(8.899)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	-	-	-	-
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	(9.387)	911	(21.838)	(10.130)
Benefício a Empregados	-	-	(12.651)	(5.794)
Outras provisões(reversões)	-	-	6.674	(3.171)
Outras Despesas	(239)	(487)	(16.744)	(12.155)
Total Gerais e Administrativas	(18.346)	(6.453)	(157.128)	(126.435)
Outras Receitas	-	16.242	-	16.242
Outras Despesas	-	(9.657)	-	(9.657)
Total Outros Resultados	-	6.585	-	6.585
Total	(18.346)	132	(220.070)	(167.660)

d) RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras	184	516	46.639	28.793
Acréscimo moratório em conta de energia	-	-	18.879	7.899
Variação cambial sobre faturas de energia	-	-	2.547	5.393
Atualizações monetárias	-	-	10.729	7.021
Multas e penalidades aplicadas	-	-	1.744	1.528
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	184	516	12.740	6.952
Despesas financeiras	(2.278)	(2.134)	(90.235)	(77.693)
Encargos de dívidas	(2.148)	(1.836)	(43.342)	(29.413)
Variação Cambial sobre faturas de energia	-	-	(1.797)	(4.291)
Atualizações monetárias	-	-	(22.022)	(14.340)
Atualização benefício pós-emprego	-	-	(13.553)	(19.131)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Outras Despesas financeiras	(130)	(298)	(9.521)	(10.518)
Resultado Financeiro	(2.094)	(1.618)	(43.596)	(48.900)

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração/Conselho Fiscal e Diretoria da CEB são apresentados como segue:

	Benefícios de Curto Prazo		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Conselho de Administração	237	275	345
Conselho Fiscal	133	145	148
Diretoria	579	285	310
Total	949	705	803

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Sumário das transações com partes relacionadas

A CEB celebrou Contrato com a CEB Distribuição S.A. para Rateio/Ressarcimento de Despesas e Custos Diretos e Indiretos.

Essas transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, vigentes nas respectivas datas e não envolvem riscos anormais de recebimento.

A relação de suas participações em empresas coligadas e controladas está demonstrada na Nota Explicativa 01.

Os saldos das operações ativas e passivas da CEB com as partes relacionadas no período são os seguintes:

Transações com Partes Relacionadas	Vinculo com a CEB-Holding	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo		117.279	110.076	115.728
Adiantamento de clientes entre a CEB Distribuição e a CEB Lajeado (compra de energia da CEB Lajeado S.A.)	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	-	-	4.385
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Holding	CEB Distribuição (Está sob controle comum)	1.556	202	13
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Holding	CEB Geração (Está sob controle comum)	58	122	666
Créditos a receber de fatura de energia elétrica (fornecimento e serviço) - GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	102.756	98.574	102.082
	CEB Lajeado, CEB Participações, CEB Geração (Está sob controle comum) e Corumbá III (Participa do grupo controlador)	9.677	7.946	5.350
Dividendos e JCP a receber, entre a CEB Holding e o grupo				
Adiantamento para futuro aumento de capital, entre a CEB Holding e a Corumbá Concessões	Corumbá Concessões (Coligada)	3.232	3.232	3.232
Passivo		84.944	60.473	52.439
Suprimento de Energia da CEB Lajeado para a CEB Distribuição	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	8.847	8.351	12.834
Suprimento de Energia da Corumbá Concessões para a CEB Distribuição	Corumbá Concessões (Coligada)	9.063	7.318	8.365
Suprimento de Energia da Corumbá III para a CEB Distribuição	Corumbá III (Participa do grupo controlador)	2.549	1.989	-
Contribuição de Iluminação Pública - GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	54.318	26.814	31.240
Adiantamento de Dividendos, entre a CEB Participações e a CEB Holding	CEB Participações (Está sob controle comum)	1.500	1	-
Empréstimo entre a CEB Holding e a CEB Lajeado	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	8.667	16.000	-
Resultado		70.889	60.133	55.815
Receita		70.889	60.133	55.815
Receita de Prestação de Serviços de Manutenção e Obras do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal (a)	Governo do Distrito Federal (Controlador)	70.854	55.024	55.815

Transações com Partes Relacionadas	Vinculo com a CEB-Holding	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Recuperação de Despesas de Pessoal Cedido a CEB Holding, da CEB Distribuição (b)	CEB Distribuição (Está sob controle comum)	-	5.073	-
Receita de Locação, da CEB Distribuição com a CEB Holding (c)	CEB Distribuição (Está sob controle comum)	35	36	-
Despesa		233.650	210.973	188.559
Energia comprada para revenda, da Corumbá III com a CEB Distribuição	Corumbá III (Participa do grupo controlador)	27.902	4.426	-
Energia comprada para revenda, da CEB Lajeado S.A com a CEB Distribuição	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	99.543	103.400	91.846
Energia comprada para revenda, da Corumbá Concessões com a CEB Distribuição.	Corumbá Concessões (Coligada)	106.205	103.147	96.713

a) Rendas de Prestação de Serviços - Correspondem à receita proveniente dos Contratos de Manutenção e Obras do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal.

b) Despesas de Pessoal - Referem-se ao ressarcimento dos custos relativos ao pessoal cedido pela Controlada CEB Distribuição S.A..

c) Despesas Administrativas Diversas - Referem-se basicamente ao pagamento do contrato de locação celebrado com a CEB Distribuição S.A.

28. SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA - Usina Hidrelétrica do Paranó e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e estações de distribuição - componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico - estão cobertos, até 30 de dezembro de 2011, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 980 mil.

Os bens das Usinas Luis Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Os componentes dessa nota explicativa não compõem o escopo de trabalho dos nossos Auditores Independentes.

RUBEM FONSECA FILHO Diretor-Presidente	EDGARD KETELHUT MINARI Diretor
MAURO MARTINELLI PEREIRA Diretor	JOEL ANTONIO DE ARAUJO Diretor de Relações com Investidores
VALDAIR TAVARES DA FONSECA Contador CRC - DF 8.269/O	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética de Brasília - CEB

Brasília - DF

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

5. Parcela do saldo consolidado da rubrica "Depósitos e bloqueios judiciais - Ativo não circulante", no valor de R\$ 7,4 milhões, em 31 de dezembro de 2010 (Nota Explicativa nº 13), está em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios. O atual estágio do processo de conciliação não permitiu a aplicação de procedimentos de auditoria para avaliar a adequação do referido saldo.

6. Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A. são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Neste contexto, a Companhia vem compensando, mensalmente, parte do referido crédito e mantém registrados no ativo valores avaliados pela Administração como passíveis de compensação futura (Nota Explicativa nº 10). Para o atendimento aos critérios de compensação determinados pela legislação fiscal, é necessário manter um conjunto de controles analíticos e estudo sobre eventuais perdas desses créditos, que possibilitem demonstrar que as compensações estão sendo realizadas em conformidade com a referida legislação, como a Companhia está em processo de preparação dos citados controles e avaliações, não foi possível avaliarmos a adequação das compensações dos créditos tributários já realizados, tampouco a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras, em decorrência da não realização dos referidos créditos, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2010, totaliza R\$ 17,8 milhões.

7. A controlada CEB Distribuição S.A. não dispõe de controles que possibilitem a identificação dos custos dos empréstimos que são diretamente atribuídos à construção ou à produção dos ativos utilizados em sua atividade operacional. Como consequência, não foi possível identificar o montante dos custos dos empréstimos que deveriam ser capitalizados como parte do custo do ativo, conforme requerido pelo CPC 20 e IAS 23, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board (IASB), respectivamente. Os custos dos empréstimos registrados como despesas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, que podem incluir valores que deveriam ser capitalizados, totalizam R\$ 12,7 milhões.

8. A controlada CEB Lajeado S.A. é proprietária de ações preferenciais cumulativas e resgatáveis classes "A" e "B" emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro e, consequentemente, foram classificadas na rubrica "Títulos e créditos a receber - Outros créditos", no ativo não circulante consolidado (Nota Explicativa nº 9). Entretanto, o referido instrumento financeiro não foi avaliado a valor justo conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e está sendo apresentado pelo valor patrimonial (R\$ 17,3 milhões em 31 de dezembro de 2010). Não nos foi praticável determinar a magnitude dos efeitos nas demonstrações financeiras pela não avaliação do referido instrumento financeiro a valor justo.

9. As notas explicativas às demonstrações financeiras possuem as seguintes omissões de informações que são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB): (a) os valores justos de todos os instrumentos financeiros, método de apuração do valor justo e comparação do valor justo com os valores consignados nas demonstrações financeiras; e (b) informações quantitativas sobre os riscos no âmbito do Grupo (Nota Explicativa nº 5). Também não estão sendo divulgados em notas explicativas os efeitos em cada trimestre dos anos de 2010 e 2009, em decorrência da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme requerido pela Deliberação nº 656/2011, da Comissão de Valores Mobiliários. Por se tratar de uma informação complementar não requerida pelas IFRS, essa não conformidade não tem efeito em relação a essas normas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

10. Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos 5 a 8 e exceto pela ausência de informações descritas no parágrafo 9, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Brasília - CEB em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

11. Em nossa opinião, exceto pelos eventuais

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília - CEB, no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2010, e examinou o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado da Companhia Energética de Brasília - CEB, levantados em 31 de dezembro de 2010, as respectivas Demonstrações de Resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. As peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, todas elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, instruções da CVM, normas reguladoras do Tribunal de Contas do Distrito Federal e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). O Colegiado tomou conhecimento do parecer da KPMG Auditores Independentes, emitido com algumas ressalvas. O Conselho Fiscal recomenda à direção da Empresa que adote as providências necessárias para sanar as ênfases e ressalvas apontadas no parecer da auditoria independente e, ainda, que seja apresentado relatório trimestral contendo a evolução das medidas adotadas e da situação da Companhia.

O Conselho Fiscal concluiu, portanto, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

Em cumprimento ao disposto na Resolução nº 38/1990-TCDF, o Conselho Fiscal verificou não existirem nos registros contábeis da Companhia, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da empresa.

Brasília, 14 de julho de 2011.

MARTHA LYRA NASCIMENTO

ANDRÉ VIANA DE OLIVEIRA

PAOLLA DURÇO DE CARVALHO

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB

487ª Reunião Ordinária

Realizada Em 14/07/2011

INTERESSADO: Companhia Energética de Brasília - CEB

ASSUNTO: Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, referentes a 2010.

DECISÃO: O Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB, com amparo na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Estatuto Social da Companhia, art. 20, inciso I, examinou o Relatório da Administração da Empresa, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos respectivos documentos complementares, e a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, todos relativos ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2010; e tomou conhecimento do parecer da KPMG Auditores Independentes, emitido com algumas ressalvas. O Conselho de Administração concluiu, portanto, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, e **DECIDIU** submetê-las à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia.

ANTÔNIO ANDRÉ BEIRA GUEDES

DANUZI NERES MOREIRA DE GODOI

PAULO VICTOR RADA DE REZENDE

RAUL HORIE ARAKAKI

CARLOS ANTONIO LEAL

PAULO EDUARDO PONTES MONTEIRO

RANDAL JULIANO MANSUR MENDES

RUBEM FONSECA FILHO